UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCIA MARIA STAZEK

A CONTRIBUIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E DE UNIVERSAL NA DISCUSSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

CURITIBA
2008

MARCIA MARIA STAZEK

A CONTRIBUIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL NA DISCUSSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista no curso de Pós - Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, 8ª turma, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof ª Drª Andréa Barbosa Gouvea

CURITIBA
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCIA MARIA STAZEK

A CONTRIBUIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E DE UNIVERSAL NA DISCUSSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista no curso de Pós - Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, 8ª turma, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof ª Drª Andréa Barbosa Gouvêa
DEPLAE - UFPR

Curitiba, de maio de 2008.

"E, não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento (Romanos 12:2) ."

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, somente a Ele,
pois Ele me concedeu força para prosseguir,

Ele me deu amigos,
Para tornar a minha vida mais doce!
Para compartilhar as lutas e as vitórias!

Ele me capacitou,
Pois no meu caminho colocou
professores tão especiais,
que me ensinaram a arte de investigar,
a ir além... a não me conformar com este mundo!

Ele me deu um sonho...
Nesse sonho está a escola pública!
Lugar de sonhadores e de desbravadores....

À Deus somente a Ele seja dada toda a glória!

LISTA DE SIGLAS

ANDES	-	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APM	-	Associação de Pais e Mestres
APP-SINDICATO	-	Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná
CEDES	-	Centro de Estudos Educação & Sociedade
Consed	-	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
DEPLAE	-	Departamento de Planejamento e Administração Educacional
FNDEP	-	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
LDB ou LDBN	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	-	Ministério da Educação e da Cultura
PFL	-	Partido da Frente Liberal
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
SISMMAC	-	Sindicato dos Servidores Municipais do Magistério de Curitiba
SISMMAR	-	Sindicato dos Servidores Municipais do Magistério de Araucária
UCG	-	Universidade Católica de Goiás
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UFF	-	Universidade Federal Fluminense
UJS	-	União da Juventude Socialista
UnB	-	Universidade de Brasília
UNDIME	-	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESA	-	União dos Estudantes Secundaristas de Araucária
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
1 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO 11
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO 23
2.1 A Mobilização dos educadores e da sociedade civil em favor da democracia na educação 23
2.2 O Plano Nacional de Educação: confronto de projetos 31
3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA 35
3.1 O Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, da mobilização para a concretização da política municipal 35
3.2 A discussão sobre a gestão democrática na proposta construída pelo Fórum para a aprovação do Plano Municipal de Educação 39
3.3 O projeto de lei para instituição do Conselho Municipal de Educação realizada pelo Fórum e a aprovação da Lei 1527/04 43
3.4 O projeto de lei realizado pelo Fórum e a lei aprovada que institui o Sistema Municipal de Ensino em Araucária 47
3.5 Em busca de uma síntese... 51
CONSIDERAÇÕES FINAIS 53
BIBLIOGRAFIA 57
ANEXOS 59

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa buscou analisar a trajetória histórica do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade em Araucária como um espaço de mobilização dos educadores para a discussão das políticas públicas a favor da democratização do Estado e da Sociedade. Diante do caráter propositivo do Fórum face às políticas públicas, buscou-se identificar as principais discussões realizadas sobre a gestão democrática pelos educadores entre 1996 e 2006.

Nesse processo investigativo, percebeu-se a intensa discussão sobre a democratização da gestão do sistema nas diferentes sessões organizadas pelo Fórum. A partir desses dados, houve a delimitação do objeto de pesquisa e a busca de novas fontes que permitissem a interlocução entre os documentos analisados e a leitura da realidade pelos sujeitos que vivenciaram esse momento histórico. O processo de democratização da gestão de sistema em Araucária como objeto dessa pesquisa exigiu a análise do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e da implantação do Conselho Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Ensino.

No primeiro capítulo procurou-se explicitar as principais discussões sobre democratização, gestão e participação como categorias que auxiliam na compreensão da práxis social em Araucária. O olhar dos diferentes pesquisadores permitiu a análise desencadeada através da releitura da realidade e do estabelecimento de novas relações nas diferentes esferas de constituição de políticas públicas.

No segundo capítulo buscou-se situar historicamente o processo de mobilização dos educadores no Brasil e a criação de novas esferas de institucionalidade pública no processo de democratização da sociedade e do Estado. Como espaços de discussão e proposição de políticas públicas analisou-se o papel exercido pelas Conferências dos educadores, do Manifesto dos educadores, pelos Fóruns e da atual implantação dos conselhos gestores e sistemas de ensino na luta pela democratização do Estado.

No terceiro capítulo procurou-se contar a história de constituição do Fórum Municipal em Araucária e a sua atuação junto ao Poder Público como espaço

privilegiado de debate coletivo sobre as políticas em Araucária. Buscou-se analisar as proposições realizadas em cada sessão do Fórum em relação à gestão do sistema, como síntese da reivindicação e da luta dos educadores em Araucária, sendo ricas fontes históricas. Entendendo-se que toda história possui um processo de contradição, superação e permanências concomitantemente, assim procurou-se analisar as atas e documentos sistematizados como as proposições enviadas ao Poder Público confrontando esses dados com os relatos obtidos através de entrevistas realizadas com alguns educadores envolvidos diretamente com a política municipal.

A partir da abordagem da pesquisa qualitativa, essa investigação privilegiou o processo ao invés do resultado e o diálogo como possibilidade de interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. A elaboração do instrumento da pesquisa e o tratamento da informação buscaram garantir a compreensão do processo a partir da percepção dos entrevistados, apurando-se informações que permitiram entender os fatos que antecederam e permearam a elaboração dos documentos oficiais analisados. Optou-se em entrevistar 3 profissionais da educação que participaram efetivamente das sessões do Fórum Municipal em Araucária bem como da sua organização compondo a coordenação executiva e atuaram diretamente no planejamento e elaboração das políticas públicas em Araucária através do Conselho Municipal de Educação. Nesse processo utilizou-se da entrevista semi-estruturada, sendo gravadas para posterior análise.

A primeira entrevista foi com uma educadora escolhida devido ao seu desempenho de diferentes funções na rede municipal de Araucária como coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Araucária, representante do Sismmar, pedagoga do Município e representante do Magistério no Conselho Municipal de Educação. Nesta entrevista buscou-se identificar nomes de profissionais que se destacaram na constituição e participação das sessões do Fórum. A partir desse relato, houve a escolha de outras duas pessoas a serem entrevistadas.

Observou-se que as três pessoas entrevistadas já estiveram envolvidas diretamente na gestão do Sindicato do Magistério de Araucária, o Sismmar, sendo que atualmente duas dessas pessoas entrevistas representam o Magistério no

Conselho Municipal e uma delas desempenha a função de suporte técnico no Conselho. Das três pessoas entrevistadas, duas já desempenharam funções na Secretaria Municipal de Educação. Dessas profissionais, duas desempenharam a função de supervisora educacional nas unidades educacionais e a terceira profissional, já atuou na função de professora do Ensino Fundamental, já tendo desempenado a função de direção de escola, sendo eleita pela comunidade. Todas atuam no município há mais de dez anos, envolvidas na militância política com a participação nas sessões do Fórum Paranaense e no Fórum Municipal, acompanhando as lutas existentes em diferentes gestões e em diferentes esferas com o Sismmar, Secretaria Municipal, o Conselho Municipal de Educação, o Fórum Paranaense e Municipal em defesa da escola pública. As pessoas entrevistadas não se distanciaram do chão da escola, tendo uma visão sobre as relações na esfera macro e micro das políticas públicas, atuando em diferentes esferas da política educacional, contribuindo significativamente para essa pesquisa.

Na elaboração da entrevista, organizaram-se as perguntas em alguns blocos (anexo 1). No primeiro bloco de perguntas buscou-se conhecer a trajetória profissional das pessoas entrevistadas no município, procurando apreender dados pessoais como função desempenhada, tempo de serviço e atuação no Fórum.

No segundo bloco de perguntas, procurou-se compreender os princípios defendidos pelo Fórum e as discussões sobre a gestão democrática em Araucária. Já no terceiro bloco de perguntas, procurou-se analisar o Fórum como espaço de exercício democrático, procurando identificar as conquistas obtidas a partir da pressão exercida pelos educadores nesse espaço, as principais dificuldades encontradas e as mudanças ocorridas na organização do Fórum em Araucária nessa trajetória.

Para identificar os limites a serem superados e as conquistas obtidas, procurou-se comparar os documentos sistematizados pelo Fórum como projeto de Lei e as lei aprovadas para a implantação do Conselho Municipal e Sistema Municipal de Ensino. Essa análise da legislação educacional permitiu perceber a existência de diferentes projetos de educação que concomitantemente existiram na definição das políticas públicas municipais em Araucária.

1 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO

Nessa pesquisa buscou-se estabelecer um diálogo entre os autores envolvidos na discussão sobre o processo de democratização do Estado e da Sociedade a fim de compreender essa trajetória como contexto de democratização da escola. Entendendo-se que a participação viabiliza a democratização na diferentes esferas sociais procurou-se analisar a cultura participativa existente no seio da sociedade capitalista e a participação como possibilidade de contestação e transformação da realidade. Como essa participação se concretiza no espaço da gestão em diferentes esferas da política, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder, buscou-se analisar as mudanças de paradigmas do modelo de gestão como lócus de exercício democrático.

Dessa forma, houve a necessidade de se analisar o processo de democratização das políticas públicas a partir das seguintes categorias: a participação e a gestão.

Historicamente, a concepção de democracia apresenta diferentes significados de acordo com a complexidade da organização da sociedade e dos interesses dos diferentes grupos sociais que a compõe. Inúmeras vezes, representou um sonho em resposta à sociedade atual marcada pela exclusão e pelo modelo político centrado numa pseudo-participação. Inicialmente, restringiu-se à luta pelo voto, hoje, revela-se como um processo mais complexo de luta pelos direitos sociais, sendo que inúmeros autores têm se debruçado na conceituação do termo democracia a fim de elucidar as possibilidades e perspectivas da sua construção na arena política.

COUTINHO fez uma análise sobre a democracia pautada principalmente nas categorias defendidas por Gramsci, Marx e Engels. Realizou uma rica discussão estabelecendo a relação entre os princípios da democracia e do socialismo, evidenciando como diferentes facções do socialismo conceberam a democracia de forma diferenciada. No entanto, esse pesquisador defendeu a tese de que a democracia é um valor universal.

Ele destacou que durante muito tempo, os partidos de esquerda acreditavam que a democracia era uma etapa que antecedia o socialismo, sendo extinta por uma nova forma de organização social. No entanto, ele descreveu que a partir dos anos

70, surgiu uma nova compreensão de que a democracia não se resumiria a uma etapa, mas seria "um momento ineliminável não só da luta pelo socialismo, mas de sua construção e organização (2000, p.17)." E, que recentemente, constituiu-se um grupo de esquerda que compreende a democracia e o socialismo, como duas organizações sociais incompatíveis. COUTINHO (2000, p.18) afirmou que esse grupo acreditava que é possível "melhorar o capitalismo e compatibilizar as leis do mercado com a justiça social."

De acordo com COUTINHO a democracia é concebida como um valor universal, podendo alcançar novos patamares com o socialismo, não sendo uma etapa extinta. Distinguiu a democracia liberal da socialista, ressaltando que ocorrerá mudança nos velhos institutos democráticos como surgirão novos institutos como expressão da auto-organização popular. Nesse modelo de organização, novas relações sociais são previstas na constituição de sujeitos políticos coletivos.

Ainda conforme as idéias defendidas por COUTINHO (2000, p.29-31), o processo de democratização requer tanto a supressão da apropriação privada dos meios de produção como a eliminação da apropriação não social dos mecanismos de exercício de poder. Esse autor defende a superação da alienação econômica e social através de uma sociedade autônoma e autogovernada, sendo que as vontades particulares devem se converter na vontade coletiva.

Nessa perspectiva, é impossível discutir sobre a democracia dissociando-a da construção de um novo projeto de sociedade. Portanto, a palavra democracia remete a lembrança às lutas travadas em pról da construção de políticas a favor do homem. Pois, "a democracia não reduz o ser humano a ser apenas um cidadão: reconhece-o como um indivíduo livre que também faz parte de coletividades econômicas ou culturais (TOURAINE, 1996, p.29)".

Para VIGENANI (2002, p.27), a democratização requer a ressignificação da luta pelo poder, na direção da democratização radical que vai além da democratização dos aparelhos de Estado ou da "livre competição pelo voto livre". BOBBIO (1995) ressalta que a luta pela democracia social e substancial, invade todas as esferas da vida humana e transforma o 'cidadão abstrato' em ser humano plenamente desenvolvido.

COUTINHO (2000, p.23) ao discutir democracia prefere usar o termo democratização, justificando teoricamente que 'trata-se aqui ontologicamente, de um processo e não de um estado. ' Entender a democracia como estado seria negar o processo dialético da realidade enquanto que analisá-la como processo pressupõe o reconhecimento da sua historicidade.

Assim, a democracia pressupõe uma construção social, não está dada, requer a ação política e consciente dos homens. Requer uma coerência entre os princípios proclamados e as decisões tomadas e o inconformismo a qualquer forma de dominação e exclusão. É um fato histórico, representando um processo de luta caracterizado por contradições e conflitos. Não pode ser analisado desconectado da práxis social, é um processo dinâmico e depende de alguns fatores, como aponta SOUZA (1993, p.12):

> A democracia se constrói em torno de alguns princípios fundamentais, simples em seu enunciado, complexos e radicais em sua realização histórica: igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade, participação. Separados eles se negam, juntos eles constroem o processo que leva à democracia.

A democracia pressupõe o encontro e confronto entre gerações, grupos sociais e projetos de sociedade. Esse processo emancipa o homem à medida que aceita a suas diferenças, mas nega a desigualdade:

> A democracia é o igual e o diverso. O encontro de liberdades. A convergência da pessoa e da comunidade. Da sociedade civil e do Estado (administração do bem público). A democracia é o atendimento do básico e do transcendental . Do Pão e da Liberdade. Do finito e do infinito. Do eu e do nós. É a afirmação da consciência, no mundo de sua falsificação em relações coisificadas. Democracia é obra sem limites e portanto inacabáveis. Mas democracia é exatamente aquilo que fizermos dela e por isso é fundamental inventa-la a todos os níveis e a cada momento (SOUZA, Herbert de, 1993, p.12).

O voto enquanto direito foi imprescindível para o exercício da democracia, no entanto revelou contradições próprias das relações sociais de dominação de uma classe sobre a outra, na qual as estruturas de poder atuam, buscando legitimar essa relação. A democracia enquanto regime político vai além da possibilidade da escolha dos governantes da nação pelo voto, requer uma reestruturação nos mecanismos de poder a fim de garantir a participação efetiva nos processos decisórios:

> ...Não há democracia sem livre escolha dos governantes pelos governados, sem pluralismo político, mas não é possível falar de democracia se os eleitores tem somente a possibilidade de escolher entre duas frações da oligarquia, das forças armadas ou do aparelho do Estado (TOURAINE, 1996, p.17).

Segundo CHAUÍ (2000), a sociedade brasileira, baseada na cultura senhorial, é marcada por uma estrutura hierárquica vertical centrada na relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. A democracia representativa é uma forma de participação, no entanto não é a única possível, sendo marcada por limites a serem superados, podendo ser um instrumento da democracia participativa efetiva.

Esse sistema representativo tem se transformado progressivamente, ampliando a possibilidade de participação na arena política, tanto na eleição como no acompanhamento de políticas. O exercício do voto nasceu no seio das tendências liberais associado a critérios elitistas e excludentes, passando a se constituir num direito universal. A superação das relações de poder exige um novo modelo de Estado, no qual ele esteja a serviço dos excluídos e a democracia caracteriza-se como filosofia e método essencial:

> A questão democrática é central em qualquer processo de resistência e superação ao neoliberalismo predominante. A democracia participativa, por seu potencial mobilizador e conscientizador, permite aos cidadãos desvendar o Estado, geri-lo e estabelecer um efeito de demonstração para outros setores da sociedade traduzirem o método, para outras esferas de luta política e da competência administrativa (PONT, 2000, p.34).

Dessa forma, a presença das elites na esfera política não elimina a possibilidade de resistência e de luta. Ter um sistema democrático não pressupõe a negação da pluralidade existente, mas um Estado orientado e controlado por princípios éticos, sociais e morais.

COUTINHO (2000, p.33-37) propõe uma nova forma de governo, na qual se articula a democracia representativa e a democracia direta, o parlamento e os conselhos operários. Ele afirma a necessidade de se constituir uma vontade geral ou coletiva, construída através do consenso e da negociação.

Para a construção dessa vontade geral ou coletiva é necessário se analisar os espaços e mecanismos de participação na sociedade. A democratização se sustenta

através da participação. Segundo COUTINHO (2000, p.50), a democracia requer a participação ativa na formação do governo e no controle da vida social.

Assim, é possível compreender a participação como um pressuposto básico da democracia. Nesse sentido, uma nova vivência de participação precisa ser experimentada, quebrando-se os antigos paradigmas, abrindo-se novos espaços e uma nova percepção da participação, num sentindo mais amplo e efetivo. Coutinho (2000, p.62) defendeu a articulação entre os institutos de democracia representativa, eleitos pelo voto universal por meio dos embates entre os partidos e os institutos da democracia de massa, criados na base, como os conselhos operários.

Na sociedade capitalista, a participação se resumia ao ato de delegar a outrem poderes de decidir sobre assuntos de interesse coletivo, sendo um processo voltado a uma organização marcada pela hierarquia, na qual poucos decidiam enquanto que muitos acatavam as decisões tomadas por uma suposta elite intelectual. No entanto, COUTINHO (2000, p.65) conta com a possibilidade real de que as relações sociais não são determinadas, mas que a possibilidade existe no estabelecimento de uma correlação de forças favoráveis aos segmentos sociais empenhados na sua realização e a intensificação da luta pela realização da cidadania que culminem num reformismo revolucionário em prol de uma sociedade sem classes.

Para BORDIGNON e GRACINDO (2004, p.170), a participação pressupõe a possibilidade de que todos envolvidos possam contribuir, com igualdade de condições nas tomadas de decisões. Esse processo não é simples, não é garantido somente pela abertura de novos espaços, pois a desigualdade existe e precisa ser enfrentada. As pessoas estão em diferentes processos de formação, sendo que as instituições sociais possuem uma função social de mobilizar e contribuir na formação política emancipatória.

Estes autores argumentam ainda que participar requer a construção comunicativa do consenso quanto aos assuntos de interesse coletivo, sendo que "todo consenso deve se pautar nos valores éticos a favor da libertação do homem BORDIGNON e GRACINDO (2004, p.171)". Senão, os consensos podem ser sinônimo de indiferença e conformismo ao sistema excludente e a pseudo-

participação pode mascarar a realidade existente ao invés de enfrentar e transformá-la.

Assim, a participação requer espaços de poder, no qual o cidadão se posiciona como governante, ao invés de meros coadjuvantes. Como PARO defende que (2001, p.119), "só há democracia se os cidadãos que a constituem podem, pelo menos, ter aberta a possibilidade de serem também governantes". Dessa forma, a participação se torna condição imprescindível para gestão democrática, sendo que uma não é possível sem a outra, existentes em co-dependência.

A sociedade atual é marcada pela contradição que permite a abertura à participação dos sujeitos a novos espaços na sociedade enquanto existe a acentuada reprodução das políticas paliativas diante da crise existente:

> De modo geral, podemos dizer que o processo de democratização expresso na ampliação da esfera pública gerou, ao mesmo tempo, um problema a ser resolvido e os meios de sua solução. O problema consiste em superar a contradição existente entre, por um lado, a socialização da participação política e, por outro, a apropriação não social dos mecanismos de governo de sociedade. Nessa medida, a plena realização socialista do homem não requer apenas a supressão da apropriação privada dos meios de produção, que são frutos do trabalho coletivo: requer também a eliminação da apropriação não social (privatista) das alavancas do poder, ou seja, a realização do que Marx chamou de auto-governo dos produtores auto-associados (COUTINHO2000, p.29).

Hoje, a participação da sociedade civil tem o seu alcance delimitado pela organização excludente na sociedade ao mesmo tempo em que pressiona pela efetivação dos direitos sociais. Atualmente, o neoliberalismo defende uma pseudo-participação como uma mecanismo de se agregar colaboradores, no sentido de transferir as responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Enquanto que a participação pressupõe a abertura de novos espaços, na qual as relações sociais travadas irão determinar a qualidade dessa participação, pois: "Tem-se falado muito em participação e compromisso, sem definir claramente o seu sentido. E não raras vezes situa-se a participação como mero processo de colaboração, de mão única, de adesão, de obediência às decisões da direção BORDIGNON e GRACINDO" (2004, p.170).

Segundo SPÓSITO (1999, p.45-48), a participação das famílias na escola vem sendo discutida desde os anos 20 a fim de educar-se as famílias, uma vez que se concebia que se necessitava superar a "carência cultural existente nas famílias

pobre. Essa concepção assistencialista tem se reproduzido em muitas práticas pedagógicas que buscam aproximar os pais da escola. No entanto, essa autora buscou redefinir o conceito de participação aliado aos princípios de democratização do sistema educativo. Ela defendeu a participação popular a partir dos seguintes pressupostos:

- o caráter público da atividade educativa: que exige a transparência nas decisões e a real possibilidade de interferência.
- o caráter representativo da participação como instrumento político (2000, p.48-49).

Essa autora (p.53-56) defendeu a gestão democrática em pról da eliminação de práticas pedagógicas autoritárias em nome de um novo projeto pedagógico. Os conselhos de classe participativos, os conselhos de escola, os grêmios escolares como espaços de organização dessa participação. Segundo MILL (2001)," o melhor espaço para a participação é o nível local. É nesse nível que se aprende a auto - governar e aprende sobre democracia."

No entanto, o modelo de gestão pode favorecer ou dificultar a criação de uma nova cultura participativa. Dessa forma, busca-se dialogar com os autores sobre a natureza e especificidade do termo gestão a fim de compreender como a participação se concretiza nessa esfera.

Segundo TAVARES (2004, p.5), " o termo gestão surgiu no contexto não mais da temática da <u>racionalização dos meios</u> mas no seio da temática da <u>tomada de decisões sócio-política em educação</u>." Surgiu como um novo paradigma em educação, sendo um termo usado com uma conotação política emancipatória, contrastando com as concepções em que se enfatizava as técnicas descolada da visão política sobre a educação.

TAVARES ressaltou ainda que a administração era um termo mais técnico enquanto que gestão pressupõe uma concepção mais ampla, como mecanismo de repartição de poder no processo decisório. O termo administração caiu em desuso, no entanto, o neoliberalismo incorporou o termo gestão com um caráter técnico e gerencial, com ênfase na motivação individual e na potencialização de grupos humanos para o aumento da eficácia, eficiência e produtividade, buscando copiar os métodos da organização empresarial para a educação. Para alguns autores, os

termos gestão e administração eram concebidos como sinônimos enquanto que na concepção progressista de educação esses termos são tidos como distintos. Observa-se, também que a expressão gestão pode ser encontrada em diferentes contextos, apresentando múltiplos significados como afirma BORDIGNON e GRACINDO (2004, p.147):

> Algumas vezes gestão é apresentada como um processo dentro da ação administrativa; outras vezes seu uso denota apenas intenção de politizar a ação administrativa; noutras apresenta-se como sinônimo de "gerência" , numa conotação neotecnicista dessa prática e, em muitos momentos, gestão aparece como a "nova" alternativa para o processo político-administrativo da educação BORDIGNON e GRACINDO (2004, p.147).

A gestão pode ser compreendida como responsável pela articulação dos processos, na busca de realização das metas e dos objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas (BORDIGNON e GRACINDO 2004, p.147). Segundo TAVARES (2004, p.9), "gestão significa primordialmente o esforço de coordenação dos esforços humanos e também inclui a valorização da participação". Nesse processo, a coordenação do trabalho coletivo é um dos grandes braços da gestão, pois todo trabalho existe na relação entre as diferentes funções, cujas condições de trabalho são o terreno que impulsiona ou impede a realização plena do trabalho individual e coletivo.

PARO (2002) retomou a definição da administração como a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados (p.18)."Dessa forma, os fins propostos determinam a forma que serão utilizados os recursos. Essa definição pressupõe que a ação administrativa é inerente ao ser humano, ou seja, todos somos administradores. O autor descreveu como recursos: os materiais e os conceptuais (p.20-21). Ainda, analisou que a administração pressupõe a coordenação do esforço coletivo (p. 23).

Esse autor buscou identificar as características da administração capitalista, descrevendo sobre a divisão do trabalho e o papel do controle do trabalho alheio como meios de se perpetuar as relações de alienação do trabalho.

A possibilidade de transformação social é defendida pelo autor através da eliminação da dominação e superação do paradigma de autoritarismo, substituído pela cooperação recíproca. PARO (2002, p.161) defendeu que "a autoridade deve ser compartilhada por todos, o que supõe formas coletivas ou colegiadas de gestão

escolar". Esse autor compreendeu a gestão democrática nas escolas como uma forma de qualificar o ser humano para uma nova sociedade, pois "não existe democracia, sem cidadãos democráticos."

Outra forma de caracterizar o conceito de gestão ainda incorpora as seguintes categorias: (GOUVEIA & SOUZA, 2004):

a) É um processo político;
b) Permeado de disputa de poder;
c) Que ocorre explicitamente ou não.

Assim, a gestão é entendida como um processo pois existe em movimento, como um caminho que está sendo traçado. Não se é, mas está se construindo, está em constantemente desenvolvimento. A gestão escolar existe além de métodos e técnicas, é a vida da escola, tendo concepções que a sustentam, sendo confirmadas e negadas cotidianamente. É um espaço de convívio no qual se evidencia os conflito, as contradições, ações cristalizadas e ações descontínuas, sendo uma resposta aos desafios existentes que devem culminar na realização plena da função social da escola.

Dessa forma, a gestão escolar é entendida como um processo marcado pela sua especificidade e a sua natureza eminentemente política. Política entendida na etimologia da palavra oriunda de polis, ou seja, de cidade, sendo que a palavra cidade significa a existência de vida em comum num grupo social. Essa vida em comum ocorre na escola no encontro de gerações, grupos sociais, profissionais, indivíduos e coletivos, entre outros. A escola é um ponto de encontro, com convergências e divergências, sendo sustentada pela sua função social.

Segundo DALLARI (1999, p.11), é possível definir política como:

1) a organização social que procura atender à necessidade natural de convivência dos seres humanos;
2) toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade.

Todo ato político é demarcado pela tomada de decisões que influem diretamente ou não na vida de um grupo. Nessa perspectiva, a gestão pode se comparada a formação de um tecido, delineado por diferentes fios, com cores e nuances diferenciadas, com pontos nem sempre uniformes, constituindo

cotidianamente uma forma, nem sempre bem definida, tendo pontos constituídos, os quais podem ser refeitos se não cooperarem com o objetivo em comum. Esse tecido existe num tempo e espaço, ou seja, a gestão não existe isoladamente, mas em relação com as políticas, os interesses comuns e contraditórios entre si e as condições históricas, podendo conformar-se ou resistir às políticas existentes. Esses processos de conformidade e resistência podem existir no mesmo espaço e no mesmo tempo nessa tessitura.

É impossível discutir política dissociada de poder afirma SOUZA (2006, p.115), sendo que poder não representa diretamente dominação. A disputa pelo poder move todo cenário político, como conquista de voz, vez e espaço. O poder pode favorecer a emancipação e o bem comum. REIS (2002, p.15) afirma que a política existe além dos muros do Estado, envolve o poder como problema, sendo que "toda e qualquer atividade na qual estejam envolvidas as idéias de poder, interesse, interação estratégica, conflito de que se articulam logicamente, corresponde , nessa perspectiva ao campo da política".

Segundo PARO (2001, p.49), na sociedade organizada de forma autoritária, a gestão se resume em relações de poder de submissão. Nesse contexto, não importam os meios utilizados para se obter os objetivos propostos. Enquanto que a cultura do medo impera na relação entre os gestores e os subordinados.

No entanto, a escola pode ser um espaço privilegiado de contra-cultura a esse modelo. Pode ensinar novos modelos de organização, vivenciando novas relações sociais, pois uma nova sociedade não se constrói com os mesmos padrões da sociedade atual.

Segundo GANDIN (2000, p.77), "entender a educação como mais uma mercadoria é perpetuar a exclusão social, esta que é inerente à sociedade capitalista, e cada vez mais crescente dentro do projeto neoliberal. "Para romper a essa visão parcial e neoliberal é preciso compreender a gestão como "um processo de coordenação de iguais e não de subordinados BORDIGNON e GRACINDO (2004, p.165)." Nessa perspectiva, há uma inversão de relações, no qual o gestor possui uma função social específica que está a serviço de todos, buscando cumprir a função social da escola

Dessa forma, a proposta de gestão democrática busca romper os padrões de burocratização da educação, deslocando o império da realização dos interesses individuais para a constituição de espaços coletivos de deliberação, fiscalização e normatização em diferentes esferas sociais. "No qual, o poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantido relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes BORDIGNON e GRACINDO (2004, p.152)".

Nesse contexto, a escola possui uma função eminentemente política de formação a partir das relações sociais existentes. Essa função inscreve-se para além dos conteúdos escolares, como afirma PARO:

> A democracia, assim como não se dá espontaneamente, precisa, em vez disso, ser criada pela prática política, também precisa ter seus valores intencionalmente apropriados pela educação, visto que ninguém nasce democrata ou com requisitos culturais necessários para o exercício da democracia. Daí a importância da escola ter, entre os objetivos da escola, a formação para a democracia (2001,p.52).

Em suma, mudar a direção das práticas existentes na escola tem sido amplamente discutida, a denúncia das amarras existentes e o vislumbre de um novo horizonte a ser alcançado podem alterar as relações autoritárias e individualistas existentes no interior da escola. Dessa forma, a gestão democrática faz parte de um sonho ainda maior em que todo sujeito na escola seja respeitado em todas as instâncias, seja econômica, política ou pedagógica, compreendendo que o ser humano é um ser de possibilidades, responsável pela construção de uma nova sociedade:

> Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se.... Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (FREIRE, 2001 p.13).

Esses autores permitiram a ampliação da visão sobre esses conceitos, no sentido de perceber na realidade como eles interagem num processo de afirmação e resistência. Em síntese, nessa pesquisa entendeu-se a democracia como um processo histórico em que os sujeitos lhe dão novos significados em respostas aos obstáculos e às condições existentes. Ainda, compreende-se a democracia como

um valor universal que busca a superação da sociedade capitalista através de novas formas de institucionalidades políticas e públicas como esferas que fortalecem o consenso e a coletividade nas relações de poder.

Para a construção dos consensos, entende-se que é pertinente a instauração de uma nova cultura participativa, no qual os coletivos possam ter espaço e voz nas decisões que envolvem o bem público. Para analisar como esse processo se efetiva em resposta às práticas políticas alienadoras e manipulativas, buscou-se compreender a participação como mobilização para a efetivação de novos institutos democráticos.

Nesse processo, a gestão foi entendida para além do olhar técnico, como uma esfera eminentemente política, responsável pela mobilização ou desarticulação dos sujeitos coletivos. Neste sentido a gestão democrática pressupõe um principio inegociável nas práticas educacionais em todas as esferas, da sala de aula à organização do sistema. Este processo só é possível com uma participação pautada no diálogo e na tomada de decisões coletivas.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO

2.1 A Mobilização dos educadores e da sociedade civil em favor da democracia na educação

Alguns movimentos de educadores marcaram a trajetória da história da educação brasileira, construindo propostas educacionais de resistência à política excludente e anti-social existente. Dentre esses movimentos, destacam-se as conferências dos educadores, inicialmente organizada pelo Estado passando a ser um espaço de luta organizada pelas associações de educadores, desde o Manifesto dos Pioneiros até o processo de aprovação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nesse segundo momento tendo o Fórum Nacional de Educação como espaço de organização e luta dos intelectuais e dos educadores. Nessa trajetória, é imprescindível analisar as conquistas efetivadas e os entraves enfrentados pela mobilização dos educadores.

O planejamento das políticas públicas se efetiva num processo de disputa de poder, com tensões advindas de interesses contraditórios e antagônicos dos diferentes grupos sociais que compõe a sociedade. Na formulação das reformas educacionais percebem-se diferentes trajetórias que tecem esse processo concomitantemente, sendo marcado por relações principalmente verticais, oriundas do Poder executivo voltada para a escola. Outros movimentos surgem face à luta em prol da educação, buscando organizar novos espaços de discussão e mobilização dos educadores, como aponta CUNHA "Mas apesar desses padrões verticalistas e centralistas é possível assinalar a participação dos educadores na elaboração das políticas educacionais do Estado, configurando um movimento de baixo para cima e da periferia para o núcleo (1981, p.06)".

Segundo CUNHA (1981, p.7-8), desde 1873 encontraram-se registros de conferências de educadores organizadas pelo Estado a fim de discutir a educação brasileira, reunindo os professores do sistema público do país. Essas conferências buscavam constituir um modelo para as províncias e orientar os congressos nacionais, sendo que provavelmente, houve em 1911 o primeiro Congresso Nacional de Educação.

Progressivamente, surgiram algumas associações organizadas pela iniciativa de intelectuais e educadores comprometidos com a educação brasileira que sentiram a necessidade da construção de um espaço de contra-hegemonia. CUNHA destacou a Associação Brasileira de Educação como uma organização da sociedade civil, que surgiu com a adesão voluntária de diferentes profissionais interessados em discutir as questões referentes à educação, exercendo uma repercussão significativa na história da educação brasileira.

Em resposta à necessidade de construir um sistema federal de ensino, em 1937 foi aprovada uma lei pelo Congresso Nacional, reorganizando o Ministério da Educação, instituindo as Conferências Nacionais de Educação, a serem realizadas por iniciativa do Ministério. Em contrapartida, em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo a efetivação da escola pública, laica e democrática, combatendo os interesses das escolas privadas e confessionais (católicas).

Na esfera educacional, a década de 80 foi marcada por reformas atreladas à redemocratização da sociedade num tempo de disputa, resistência e organização da sociedade civil no qual os movimentos sociais foram reorganizados para a luta, culminando no restabelecimento das eleições diretas e secretas.

De acordo com CUNHA (2001, p.94), entre 1980 e 1988 foram realizadas cinco conferências de educadores, sendo promovidas pela ANPEd, CEDES e ANDES, entidades envolvidas com a resistência à política educacional dos governos militares. As Conferências discutiram os seguintes temas, imprescindíveis na constituição das políticas públicas:

Quadro I – Conferência dos Educadores - Década de 1980

CONFERÊNCIAS	TEMA DISCUTIDO	Nº DE PARTICIPANTES
I Conferência Brasileira de Educação - abril 1980	A política educacional	1,4 mil de participantes
II Conferência Brasileira de Educação - junho de 1982	Educação: perspectiva na democratização da sociedade	2 mil de participantes
III Conferência Brasileira de Educação - outubro 1984	A educação e a Constituinte	5 mil de participantes
IV Conferência Brasileira de Educação - setembro de 1986 Goiânia (UFG e UCG)	A educação e a constituinte'	6 mil de participantes
V Conferência Brasileira de Educação - agosto de 1988.Brasília (UnB)	A lei de diretrizes e bases da educação nacional	6 mil de participantes

Nesse contexto, a elaboração da Constituição serviu para legitimar a nova ordem democrática, com o propósito de romper com as leis autoritárias da carta de 1967, bem como das emendas feitas a ela em 1969 (SILVA, 2007, p.38). Essa possibilidade de alteração no plano legal norteou as discussões das Conferências. Esse processo de elaboração da Constituição de 88 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional provocou uma crescente mobilização dos educadores em pról das discussões sobre as políticas públicas, sendo que na I Conferência teve a participação de aproximadamente 1,4 mil educadores passando a mobilizar 6mil educadores na V Conferencia de Educadores. Essas conferências de educadores buscavam sintetizar as discussões existentes nos estados e municípios.

Os temas discutidos nas conferências foram delineando novos debates para a educação brasileira, ressignificando alguns conceitos e ampliando as discussões sobre as políticas. Muitas reivindicações dos educadores foram efetivadas com a aprovação da Constituição de 88, intitulada a Constituição Cidadã devido aos avanços conquistados através da defesa dos direitos sociais nas questões sociais e trabalhistas bem como na consagração do regime democrático.

Dentre as conquistas defendidas pela mobilização dos educadores efetivadas na Constituição Brasileira de 1988 destaca-se a garantia na lei da gestão democrática do ensino público e o estabelecimento do plano nacional de educação, com duração pluriaanual.

A mobilização dos educadores nas conferências nacionais e a necessidade da construção de um projeto de educação nacional desencadeou o surgimento do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública em 1986, contando com a participação de 15 entidades nacionais envolvidas na mobilização de educadores. "Os denominadores comuns que articulavam as 15 entidades eram: a defesa da escola pública e a posição político-partidária de oposição ao regime militar (GOHN 1992, p.214)."

O Fórum acompanhou as discussões da aprovação da Constituição de 1988, da elaboração da LDB e do Plano Nacional de Educação. Nessa trajetória, a luta pela democratização da educação foi a bandeira defendida continuamente nas discussões suscitadas pelo Fórum, tendo um papel importante na elaboração da LDB, trazendo inúmeras contribuições:

> O Fórum atuou no processo da elaboração e votação do projeto da LDB, na Comissão de Educação e manifestou-se, pontualmente, aos parlamentares do Congresso Nacional sobre as medidas provisórias e as conseqüências que poderiam ter as medidas afetas ao campo da educação (PINO citado por GOHN, 1992, p.219).

Na década de 90, as políticas públicas trouxeram um teor privatista e descentralizador, obedecendo as diretrizes do Banco Mundial enquanto que o Fórum lutou pela democratização da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social em todos os níveis e modalidades, tendo a atuação do Estado para a sua efetivação. Nessa fase houve uma acirrada disputa entre dois projetos de sociedade contraditórios e forte como afirma ARELARO (2000, p.96): " ... de um lado, o desejo de implantação dos direitos sociais recém-conquistados e a defesa de um novo projeto político econômico para o Brasil (....) e um projeto de caráter neoliberal, traduzindo o 'sentimento nacional' de urgência de reformas para o Estado para colocar o país na era da modernidade."

O neoliberalismo entendido como um conjunto de transformações na esfera econômica que conta com a globalização da economia associada a um novo modelo de organização do trabalho e redefinição do papel do Estado procurou direcionar o planejamento das políticas públicas como afirmou CORDIOLLI (1995, p.7). Nesse contexto, a globalização surgiu como uma forma de ampliar a exploração através da desterritorização das empresas e do capital financeiro. Procurou-se diminuir os

recursos públicos, responsabilizando o cidadão por direitos básicos, combatendo o modelo de um Estado intervencionista defendendo um modelo de Estado mínimo. O neoliberalismo procurou realizar uma desmoralização dos serviços públicos justificando a privatização dos bens públicos. No Brasil, as reformas educacionais se centraram na transferência das funções da união para os estados e municípios presentes na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação.

Essas políticas se sustentaram através da poder ideológico, sendo que o governo afirmava que os recursos financeiros eram suficientes para a educação pública, culpando as escolas pelo mau uso das verbas. Nesse contexto, a lógica do modelo empresarial surgiu como a panacéia para a gestão da escola pública. A escola passou a ser analisada por meio dos critérios de racionalidade e produtividade das empresas nas reformas educacionais, desconsiderando a natureza e especificidade da educação.

> Políticos, empresários, intelectuais e sindicais conservadores não hesitam em transformam qualquer debate sobre educação em um problema de 'custos'. (...) A esta altura dos acontecimentos, ninguém duvida que temos de educar 'para a cultura do trabalho', o que, em bom português, quer dizer 'educar para a cultura do mercado. Os termos 'eficiência', 'produtividade', 'produto educativo',rentabilidade', 'custo da educação', 'competição efetiva', 'excelência', ' soberania do consumidor', 'cliente-aluno',etc. Não são um produto de nossa exagerada crítica ao mundo dos negócios. Trata-se simplesmente do vocabulário que compartilham aqueles que professam sua fé nesta nova retórica. (GENTILI aput PARO, 2001, p. 25).

Nesse contexto, as políticas públicas têm se revelado com um caráter excessivamente compensatório não alterando as condições de vida dos excluídos á medida que não eliminam as formas de exploração de uma classe sobre outra, ". Sendo que a política econômica revela-se anti-social, respondendo á necessidade de uma política que compensem o caráter anti-social da economia" (SAVIANI, p.1). Assim, algumas políticas se resumem em ações desarticuladas nas diferentes esferas da sociedade, com atividades restritamente assistencialistas.

BOLLMANN analisou a disputa de projetos existentes na definição de políticas educacionais e o empobrecimento das discussões pedagógicas nas reformas defendidas pelo Estado ao privilegiar o olhar econômico sobre a educação:

> Salta aos olhos, a disputa de projetos diferenciados de sociedade e que expressa nessa contradição, o projeto educacional. De um lado, setores organizados da sociedade elaboram uma proposta educacional que reflete a defesa de princípios éticos voltados para a busca de igualdade e de justiça social, explicitando concepções de ser humano, de mundo, de estado, de sociedade, de democracia, de educação, de autonomia, de gestão, de avaliação, de currículo, radicalmente distintas daquelas que os setores sociais hegemônicos vêm utilizando-se para manter a lógica perversa e excludente, subordinada aos interesses do capital especulativo (BOLLMANN,).

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passa a ser a pauta de discussões no seio dos movimentos de mobilização dos educadores, sendo que a sua aprovação teve longa tramitação no Congresso Nacional desde 1988 a 1996 devido à essa conjunta sócio-política do país. Enquanto que o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública participou efetivamente na aprovação da LDB no qual se acentuou o confronto de projetos antagônicos, sendo que o Fórum representou um espaço de resistência aos ideais neoliberais. Para democratização da gestão do sistema, o Fórum defendeu a implantação de órgãos colegiados nas diferentes esferas das políticas públicas do interior da escola ao Conselho Federal de Educação, defendendo a atuação dos profissionais da educação como gestores das políticas vigentes:

> Na proposta de LDB apresentada pelo FNDEP, o profissional do magistério era colocado como um dos principais gestores da educação, tendo cadeira cativa no Conselho Federal de Educação, órgão então responsável pela normatização da educação nacional. Tal proposta delegava aos profissionais do magistério a atuação política em seu meio, garantindo a aproximação entre prática docente e atuação política de gestão das relações sociais em todos os graus da educação escolar (primeiro, segundo e terceiro) e pré-escolar. Caberia aos profissionais da educação, principalmente aos docentes, efetivar o controle da gestão pública através dos Conselhos de Educação.

Nesse período, destacou-se a constituição dos conselhos gestores como mecanismos fiscalizadores, normativos, consultivos e propositores de políticas nas diferentes esferas sociais, como os Conselhos Tutelares, previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, visando à garantia dos direitos básicos da criança e do adolescente, os Conselhos Escolares, buscando descentralizar as decisões tomadas na escola através da figura da direção, os Conselhos Fiscais e Sociais, os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação, entre outros. Criaram-se novos conselhos a fim de que se abrissem novos espaços de discussão aos

diferentes segmentos da sociedade, podendo se tornar esferas importantes de exercício democrático, numa nova perspectiva de participação:

> Participar é dar parte e ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um deliberamento. Conselhos com essas características são uma forma de descentralização do Estado. Neles torna-se possível a (re)entrada da sociedade civil no âmbito dos governos a fim de fiscaliza-los e mesmo controla-los (CURY, 2004, p.51)."

Segundo GOHN (2000, p.35), essa organização de conselhos consultivos e deliberativos surgiram do chão da fábrica, sendo encontrada essa experiência no século passado no Conselho de Comuna em Paris e em outros países. E, no Brasil constituindo-se como uma forma de organização comunitária desde 1960. Ainda, entendida como uma proposta de luta contra a ditadura e a favor da democratização da sociedade e do Estado nos anos 80, sendo um mecanismo de democratização e de descentralização incorporado na Constituição de 1988 (RAICHIELLIS, 2000, p.41).

Como um canal de participação, os conselhos foram defendidos por estabelecerem uma nova relação entre Estado e Sociedade, criando uma nova institucionalidade na esfera pública à medida que podem refletir a pressão social para a criação de "novos instrumentos de expressão, representação e participação, dotados de potencial de transformação social (GOHN, 2000, p.35-36)".

RACHIELLIS (2000, p.44) ressaltou a importância dos Conselhos existirem em sintonia com os fóruns sociais mais amplos a fim de se constituir um instrumento de uma rede de discussão coletiva, salvaguardando-se de se tornar um órgão burocrático, fechado em si mesmo.

Dessa forma, a constituição dos conselhos pode favorecer o processo democrático tanto se constituindo numa alternativa de participação popular no planejamento das políticas públicas como pode representar um instrumento burocrático, respondendo às exigências legais. Entendido como um instrumento que não é em si virtuoso, mas depende do cenário político em que está atuando:

> A situação atual sugere que o fortalecimento da democracia deve passar por um processo de mudanças que envolva, ao mesmo tempo, diversas instituições políticas e próprios atores sociais, não tratando, por tanto, as dimensões institucionais e sociais como mutuamente excludentes (BAQUERO, p.115).

Diante dessa nova configuração das políticas públicas, a discussão sobre a implantação do sistema de ensino como mecanismo de democratização e descentralização orientou as discussões na esfera educacional. CURY (2000, p.25) relatou que a defesa da criação de um sistema nacional de educação vem ao encontro da necessidade de que haja um conjunto articulado, no qual os elementos convivam dentro de um mesmo ordenamento. Assim, o sistema pode garantir a unidade sem negar a multiplicidade. Esse autor enfatizou que a constituição de um Sistema Nacional de Educação foi amplamente discutida por muitos intelectuais, educadores e associações educacionais, no entanto as legislações vigentes optaram pela continuidade da existência de um sistema plural e descentralizado. Na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cria-se um regime de repartição de atribuições, coexistindo em colaboração. Nessa forma de organização dos diferentes sistemas, não se garante a constituição de um Sistema Nacional de Ensino.

A partir da Constituição de 88 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cria-se a possibilidade de implantação de Sistemas Municipais de Ensino, entendendo o "Município como pessoa jurídico-política de direito público interno com autonomia dentro de seu campo de atuação (CURY, 2000). "Essa possibilidade abriu espaço para a retomada da discussão dos limites e dos avanços da legislação municipal, servindo de pauta de discussão em muitas associações, sindicatos e fóruns de educação.

Percebe-se que as conferências dos educadores surgiram como iniciativa do Estado passando a ser organizadas por alguns segmentos da sociedade a fim de debater, avaliar e deliberar a educação pública. Atualmente, alguns municípios prevêem as conferências de educação no processo de deliberação do sistema de ensino. Ainda, as conferências impulsionaram a organização de novos espaços de discussão entre os educadores, como afirmou SILVA (2007, p.38):

> esse movimento de educadores e intelectuais brasileiros, empenhados na formação de uma proposta concreta e eficaz de democratização da educação, impulsiona os fóruns de debate e a organização social durante toda a década de 1980 e o início dos anos 90, trazendo para o debate educacional conceitos que haviam sido obscurecidos pela censura militar.

Em síntese, a mobilização dos educadores teve diferentes caminhos na tessitura das políticas públicas, representando um papel significativo na garantia do

direito fundamental à educação. A lei significa a síntese dessa luta entre projetos antagônicos e interesses, sendo que a luta é uma constante, não tem uma data para se findar. Em alguns momentos, a esperança de um mundo melhor moveu as pessoas se organizarem, outros momentos, o desgaste da luta enfraqueceu o movimento, mas a luta não parou. Em diferentes períodos, a mobilização dos educadores esteve presente buscando abrir caminhos e conquistar novos espaços. BAVA (2000, p.68-69) defendeu a tese que as políticas sociais dependem da mobilização da diferentes esferas da sociedade, sendo que o Estado por si só não se auto-reforma, mas se modifica pela pressão social.

2.2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: CONFRONTO DE PROJETOS

A necessidade de um plano nacional que garantisse a unidade na diversidade, que estabelecesse metas e as condições de sua efetivação tem orientado a luta dos educadores comprometidos com a educação pública. A elaboração do Plano Nacional mobilizou a discussão entre os educadores, bem como evidenciou a tensão existente entre projetos antagônicos de educação para o Brasil. Pretende-se recontar essa história, buscando apreender a importância da mobilização dos educadores na constituição das políticas públicas.

Na história da educação brasileira apontou-se a necessidade da elaboração de um plano nacional de educação que fomentasse uma reforma no sistema educacional. Os Pioneiros da Educação acreditavam que o plano poderia ser um instrumento de renovação e efetivação das políticas educacionais, no sentido de traçar novos rumos para a educação nacional, como um espaço de discussão estendida a sociedade.

Segundo CALAZANS, na constituição de 1934 se previa a elaboração de um plano nacional de educação e a criação do Conselho Federal de Educação como órgão responsável pela articulação necessária à sua elaboração e revisão. No entanto, nessa época, os planos possuíam um formato tecnicista e liberal, sem a previsão de uma discussão ampliada com a sociedade civil.

Entre 1964 a1985, seis planos nacionais de educação foram elaborados, sendo que "eles programavam objetivos na mesma direção sedimentados pelo forte aparato da tecnestrutura estatal e do neutro discurso tecnicista". Percebe-se que há uma grande distância entre a forma de conceber o Plano Nacional pelo Manifesto dos Pioneiros e a efetivação nos governos brasileiros, sendo que os planos não romperam a lógica existente, representando a visão de técnicos da educação, reproduzindo as relações de poder existentes.

Na elaboração do Plano Nacional, a sociedade civil contou com o Fórum como espaço de discussão para elaborar a sua proposta, a qual tramitou no Congresso Nacional. Segundo Nereide Saviane, o processo de elaboração contou com encontros preparatórios, mobilizando os educadores tanto no âmbito estadual, como nacional. Conferências, mesas redondas, apresentação de trabalhos e plenárias permitiram a sistematização e aprovação do documento Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira.

Segundo BOOLLMANN, O Fórum Nacional foi responsável pela realização dos cinco Congressos Nacionais de Educação, realizados entre 1996 e 2004, buscando articular os diferentes segmentos da sociedade civil como o movimento sindical, movimentos populares, entidades acadêmico-científicas, estudantis, representantes das administrações dos governos democráticos populares dos municípios brasileiros. O Fórum exerceu o papel de qualificar os educadores para o debate da política educacional e dos processos pedagógicos em todos os níveis e modalidades. Cada congresso contou com a participação de mais de cinco mil pessoas.

Além disso, esse processo mobilizou os estados brasileiros permitindo a realização de um diagnóstico sobre a situação educacional do Brasil, ampliando as discussões sobre o financiamento da educação:

> Cabe destacar a proposta de duplicação do porcentual do PIB e sua distribuição pelos níveis, segundo a população a ser atendida, com definição da renda per capita por aluno-ano, de acordo com padrões internacionais. De imediato (para implementação já no início de 1998), passar-se-ia dos então 4,6% do PIB para 6,9%, aumentando-se gradativamente, ano a ano, até atingir 9,1% no 10º ano em 2007.

A partir desses encontros foi sistematizado um documento intitulado como Proposta Nacional da Sociedade Brasileira, o qual tramitou no Congresso Nacional como projeto de lei para o Plano Nacional de Educação. No entanto, o poder executivo defendeu um outro plano, garantindo parcialmente as propostas da Sociedade. Esse processo de organização de propostas advindas da sociedade civil encontrou os maiores obstáculos no Congresso Nacional, buscando pressionar o Poder Legislativo e Executivo para a defesa dos interesses da população brasileira.

De acordo com SAVIANI (2005), o Plano Nacional de Educação desresponsabilizou a União pela educação nacional, sendo que somente 9,5% das metas eram de responsabilidade da União efetivar, deslocando a sua responsabilidade para os estados, municípios e sociedade civil, inclusive, incentivando programas de trabalho voluntário para a educação brasileira.

SAVIANI ressaltou que apesar do projeto receber várias emendas, tendo outros projetos tramitando no Congresso Nacional, a qualidade da discussão efetuada serviu de referência para a educação brasileira. O processo de articulação de representantes dos educadores de todo país na elaboração do Plano representou um avanço qualitativo na história da educação brasileira, servindo como modelo para os estados articularem as discussões com os municípios, buscando a participação popular.

VALENTE (2001, p.17- 18) relatou que a pressão social obrigou a aprovação de alguns elementos do PNE - Sociedade Brasileira. Essa pressão social representou o desejo de parte da sociedade ser consultada, buscando conquistar novos espaços de participação popular no planejamento das políticas públicas.

> Mas, diante da pressão social, o relator e o Congresso não poderiam simplesmente fazer do PNE um não-plano, como queria o governo, a fim de ficar de mãos livres. Por isso, o texto de PNE votado no parlamento contemplou algumas medidas – a esmagadora maioria delas seria vetada prosteriormente, por FHC – que atenuavam os traços de simples 'carta de intenção'.

Contudo, os planos possuem alcance restrito ao serem mecanismos isolados de luta, precisam estar atrelados a um movimento organizado, unindo-se a outros instrumentos de fiscalização e execução de políticas:

> Num país com um sistema capitalista marcadamente excludente, como o Brasil, com tão elevada dívida social, certamente os 'planos econômicos' ou de desenvolvimento global, e, muito menos, os Planos Nacionais de Educação não podem exercer papel determinante,

> (mesmo quando produzam e alterem algumas evoluções), se tomados isoladamente (CALAZANS, 1993, p.11-12).

No Plano Nacional houve a instituição de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social para os recursos destinados à Educação e não incluídos o Fundef, não se prevendo a participação popular efetiva nessas instâncias. A Constituição de Conselhos vinculados aos espaços de consulta e participação popular, fez parte da bandeira defendida pelos educadores como instrumentos de efetivação da arena democrática.

3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA

3.1 O Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal: da mobilização para a concretização da política municipal

O Fórum Nacional de Educação representou um espaço de luta significativo na trajetória da história da educação brasileira, participando do processo que culminou a Constituição de 1988, a elaboração da LDB e na elaboração do Plano Nacional de Educação.

Consequentemente, os Estados passam a organizar os seus fóruns para discutir as políticas locais em consonância com as discussões nacionais. Os Fóruns estaduais e municipais serviram como um espaço de mobilização local, articulados à discussão do Fórum Nacional. Nessa perspectiva, o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública surgiu em 1990, em Curitiba, com a iniciativa da APP Sindicato, articulando diferentes movimentos sociais e sindicais. Segundo ANDREATA (2005) o Fórum Paranaense participou da elaboração da proposta da Seção de Educação, na Constituição do Paraná, bem como da Sistematização de proposta de projeto para a elaboração da LDB. Também acompanhou e discutiu a Lei do Sistema de Ensino Estadual do Paraná como também os Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação e o processo de municipalização do ensino.

A partir das sessões do Fórum Paranaense, alguns municípios passaram a organizar fóruns locais. Na pesquisa da educadora Ana Lúcia Ribeiro dos Santos, encontrou-se o seguinte depoimento sobre a implantação do Fórum em Araucária:

> No dia 23/08/95 houve no município uma paralisação para acompanhar a mobilização nacional em Defesa da Escola Pública. Nessa ocasião, o Sismmar promoveu um amplo debate entre profissionais, pedagogos e dirigentes municipais com a presença de representantes das seguintes entidades: UFPR, Andes,APP-Sindicato, Sismac, Unesa, Comissão de Educação do Congresso Nacional, Movimento Negro e UJC. Como síntese dessa paralisação, houve a proposição do Sismmar para se instituir o Fórum Municipal de Educação em Araucária (2004, P.172)

Segundo os relatos da Conselheira Municipal de Educação (entrevistada 03), o Fórum surgiu por um movimento social de discussão da política nacional e pela abertura da gestão do Professor Café no Sismmar que compreendia que Araucária não era uma ilha, que havia a necessidade de articulação das discussões municipais com a esfera macro. Dessa forma, o Sismmar passou a organizar as sessões do

Fórum com outras entidades filiadas. A Conselheira Municipal de Educação (entrevistada 02) afirmou que apesar do Fórum surgir pela iniciativa do Sismmar, contando em alguns momentos com o apoio da Secretária, sendo entidade filiada ao Fórum, a pauta de discussões do Fórum extrapola as discussões sindicais.

A Carta de Princípios do Fórum Paranaense tornou-se a bandeira do Fórum Municipal em Araucária, a qual serviu como fio condutor das discussões realizadas em todas as sessões. Os principais princípios defendidos foram o fortalecimento da Escola Pública, gratuita, universal e laica, buscando assegurar a qualidade de ensino a todos os níveis da educação básica, sendo responsabilidade exclusiva do Estado manter o ensino público e a garantia da gestão democrática.

Na percepção das pessoas entrevistadas, existem relatos significativos sobre os princípios defendidos pelo Fórum. A gestão democrática como princípio perpassou a fala de cada entrevistado. Destacando-se a defesa da gestão democrática em todas as esferas, como sistema, escola e sala de aula.

Para a conselheira municipal (entrevistada 02), a garantia da função social da escola, a garantia da gestão democrática e das condições de trabalho são pautas constantes do Fórum Municipal em Araucária, como é possível se observar no seu relato:

> a defesa da escola publica é o coração do Fórum, buscando-se garantir a qualidade social, sem abrir mão de que a escola cumpra o seu papel na garantia do direito à educação. Essa discussão está atrelada ao modelo de gestão. O Fórum exerceu o papel de tentar construir a concepção de gestão democrática uma vez que a lei não detalha sobre a sua efetivação. E, ainda o Fórum busca realizar o detalhamento das condições de trabalho, não numa perspectiva corporativista, mas de garantia do direito ao aluno.

Na gestão do prefeito Edvino Kampa (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ocorre a 1ª sessão do Fórum Municipal de Educação em Araucária, buscando discutir sobre a gestão democrática, no Plenarinho da Câmara, contando com parte dos educadores de Araucária.

Já na gestão do Prefeito Rízio Wachowicz - (PFL - Partido da Frente Liberal) de 1997 a 2000, ocorre a XVII Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, contando com a participação de 150 entidades filiadas, a qual discutiu a revisão da Lei do Sistema Estadual de Ensino que vigorava desde 1964. Esse evento marcou a história de Araucária segundo relatos no sentido de engajar

os educadores na discussão das políticas bem como serviu de experiência para a organização das sessões no Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública em Araucária (entrevistada 03).

A partir de 1998, o Fórum Municipal conquistou um espaço efetivo em Araucária à medida em que houve um diálogo entre a Secretária Municipal de Educação e o SISMMAR no sentido de mobilizar os educadores para a discussão do Plano Municipal de Educação através das sessões do Fórum.

De acordo com (SANTOS, 2004), a necessidade de elaboração do Plano Municipal foi apontada numa reunião entre a Secretaria Municipal de Educação e o Sismmar a fim de se construir "diretrizes pedagógicas para o município face a falta de continuidade do trabalho de uma gestão para outra". A pressão exercida pelo Sismmar pode ter sido um dos fatores que desencadeou esse processo. No entanto, a intenção do dirigente municipal de promover a sua gestão pode ter facilitado esse processo. Segundo a entrevistada (entrevistada 02) haviam concepções diferenciadas de plano municipal, marcado por uma distância entre os objetivos existentes pelo gestor e os educadores. Houve o entendimento do papel do Plano Municipal de Educação na definição das políticas municipais, o qual impulsionou a realização das sessões do Fórum.

O Fórum Municipal discutiu a formulação do Plano Municipal em Educação, realizando três sessões de 1998 a 2000, organizando-se os seguintes grupos de trabalho e comissões de sistematização: 1) Gestão Democrática; 2) Financiamento; 3) Formação dos profissionais da Educação,4) Educação Infantil; 5) Ensino Fundamental; 6) Ensino Especial; 7)Educação de Jovens e Adultos.

SANTOS (2004, p.157) relatou que no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação houve a participação maciça dos professores, no entanto com pouca participação dos segmentos de funcionários, pais e alunos.

A partir das sessões do Fórum, criou-se uma Comissão de Sistematização da proposta de lei, com 17 participantes, sendo que 14 estavam associadas à Secretária, 02 ao Sindicato e 01 ao grupo de pedagogos do município. Essa organização contrariou as discussões realizadas para elaboração do Plano que contava com a decisão coletiva.

Na Gestão do prefeito Albanor José Ferreira Gomes (PSDB), que ocorreu de 2001 a 2004, o Fórum organizou duas Conferências Municipais de Educação e a discussão da Lei de Implantação do Conselho Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Ensino. Em 2004 foi aprovada a Lei 15 27/07 que implantou o Conselho Municipal de Educação e a Lei 1528/04 instituiu o Sistema Municipal de Educação em Araucária. Na sessão de 2003, a Secretaria Municipal da Educação solicitou a saída da coordenação executiva do Fórum, permanecendo como entidade filiada.

Na gestão do prefeito Olizandro José Ferreira (PSDB), de 2005 a 2008, o Fórum buscou-se discutir a Avaliação Escolar para uma educação de qualidade e a Implantação do Ensino Fundamental de 09 anos. Em 2005 foi aprovada a lei que alterava o processo eleitoral nas unidades educacionais e divulgado o decreto que regulamentava o regimento interno do Conselho Municipal em 2006, sendo que em 2007 a lei de eleição de diretores foi alterada, permitindo a reeleição de diretores.

Segundo SANTOS (2004) a gestão de 1997 a 2000 priorizou a discussão do Plano Municipal de Educação, apresentando avanços e limites enquanto que a gestão de 2001 a 2004, desconsiderou essa discussão coletiva. E, a gestão de 2005 a 2008 inicia um novo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, realizando comissões de estudo e sistematização.

Dentre as instituições filiadas ao Fórum destacam-se as seguintes: a Secretaria Municipal de Educação, o SISMMAR, a Câmara Municipal, o Núcleo da APP - Sindicato Regional Metropolitano Sul, o Conselho Municipal de Educação, alguns Partidos Políticos e as escolas municipais e estaduais. Desde a criação do Fórum, coube ao SISMMAR coordenar a organização das sessões do Fórum junto com as demais entidades filiadas.

Nessa trajetória histórica do Fórum em Araucária é possível perceber que o Fórum mobilizou os professores de Araucária para a discussão das políticas públicas em educação, sendo um rico espaço de discussões sobre a educação do Município, com pesquisadores engajados na luta pela escola pública, buscando clarear o conceito de gestão democrática. Dentre esses pesquisadores em educação, muitos participam das sessões do Fórum Paranaense e Defesa da Escola Pública.

Em síntese, o Fórum representou um espaço de luta pela escola pública de qualidade, sendo que os profissionais de educação tiveram um espaço de formação continuada, exercício democrático e de construção de proposições a fim de denunciar as precárias condições de trabalho, bem como apontar as possibilidades de um projeto político pedagógico sustentado por ideais éticos e morais a favor da educação emancipadora. Esse espaço veio apoiando a construção de uma unidade na discussão da educação do município.

3.2 A discussão sobre a gestão democrática na proposta construída pelo Fórum para a aprovação do Plano Municipal de Educação

O documento que sistematizou a proposta realizada através das sessões do Fórum para o Plano Municipal de Educação representou a síntese das necessidades do município nos programas, níveis, e modalidades de ensino. De acordo com o objeto dessa pesquisa, buscou-se analisar as propostas realizadas nesse documento referentes à gestão do sistema, procurando identificar os princípios defendidos pelos educadores em Araucária para a gestão.

Para a compreensão do contexto político em que essas propostas foram elaboradas tornou-se imprescindível identificar os fatos que permearam esse processo. A percepção dos educadores sobre esses fatos veio contribuir para a compreensão da história não registrada nos documentos oficiais.

Segundo relatos dos entrevistados, a discussão do Plano Municipal em Araucária "atribuiu razão de existência ao Fórum" através do diálogo entre o Sismmar e a Secretaria Municipal de Educação. Esse diálogo orientou a organização das sessões do Fórum de 1998 a 2000 para a discussão do Plano Municipal de Educação, tendo a Universidade Federal do Paraná acompanhado essas discussões assessorando a organização dessas sessões.

A discussão do Plano Municipal de Araucária foi a principal pauta de discussão nos últimos doze anos, independente do tema discutido nas sessões, sendo organizadas sessões ordinárias e extraordinárias bem como Conferências Municipais de Educação para manter a discussão atualizada.

Neste contexto, segundo a educadora entrevistada (entrevistada 02), em 1998 a discussão do Plano Municipal de Educação era algo novo, representou um tempo de aprendizado para todos os envolvidos. "O caminho foi se abrindo a picada", pois não haviam experiências e pesquisas que orientassem o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Nas sessões realizadas, a construção de consensos representou uma etapa fundamental no exercício democrático. De acordo com os relatos da educadora (entrevistada 03), "a construção dos consensos contraria a lógica capitalista a qual proclama a necessidade de vencer o outro. Enquanto que o consenso requer que duas visões de mundo tornem-se numa terceira visão de mundo. Nesse aspecto, o Fórum dedicou muito tempo para a construção de consensos acerca das questões educacionais para sistematização do Plano. Esse processo se tornou muito mais rico do que as proposições sistematizadas porque o plano representou a busca de unidade na diversidade.

No entanto, a Secretaria Municipal de Educação contrariou a organização das discussões de forma coletiva à medida que criou uma comissão de sistematização das discussões para o Plano sem garantir a paridade entre os participantes. Essa comissão contou com a participação dos educadores envolvidos com a Secretaria, tendo somente dois representantes do Sindicato e um dos pedagogos. Esse processo de sistematização revelou uma postura autoritária e centralizadora por parte da Secretária.

Na análise do programa de gestão democrática na proposta realizada para o Plano destacou-se a discussão sobre a eleição de diretores, o Conselho de Escola, a formação dos grêmios e a implantação do Conselho Municipal de Educação e do orçamento participativo.

As propostas em relação à eleição de diretores apontaram para a necessidade da revisão da lei que a regulamentava no município através da criação de uma comissão para esse fim. Destacou-se a importância do processo eleitoral para a escolha dos diretores das escolas. Nesse momento, a discussão não contemplou a necessidade de eleição em todas as unidades escolares, privilegiando somente a escola. Pois, no município existiam algumas instituições como os centros

municipais de educação infantil que possuíam diretores indicados pela Secretaria Municipal de Educação, contrariando o princípio de gestão democrática.

A defesa do espaço do Conselho de Escola como órgão de exercício democrático em todas as esferas de decisão na escola foi uma das proposições encontradas no programa de gestão. Defendeu-se a necessidade da participação efetiva dos segmentos através da garantia de condições favoráveis, destacando-se a importância da formação para os conselheiros. E, ressaltou-se a função eminentemente pedagógica do Conselho de Escola na elaboração e aprovação do projeto político pedagógico:

Garantir condições de participação e formação através de Seminários, encontros, palestras, dos diferentes segmentos da comunidade escolar para Constituição dos Conselhos de Escola;

- Promover a formação dos conselheiros de escola, através de: Seminários, Palestras e outros.
- Criar condições para participação efetiva do Conselho de Escola na elaboração e aprovação do Projeto Político Pedagógico (Sistematização de Propostas para o Plano Municipal, 2000).

Nesse momento, já se apontava a necessidade da implantação do Conselho Municipal de Educação como órgão de gestão democrática do sistema municipal, entendido como um órgão soberano, no âmbito da educação para a definição, avaliação e fiscalização das políticas públicas educacionais. Dessa forma, percebeu-se a consciência de que a sociedade civil deixasse de ser expectadora das políticas públicas para se tornar parte atuante das definições das políticas públicas, sendo defendida a representação paritária dos diversos segmentos da sociedade araucariense na composição dos conselheiros e a divulgação de suas ações.

Ao mesmo tempo em que no Plano apontou-se a necessidade da garantia das condições necessárias de que o Conselho Municipal de Educação fosse um órgão efetivo de exercício democrático. Essa discussão foi ampliada pelo Fórum ao dedicar uma sessão em 2002 para discussão do Projeto de lei de implantação do Conselho Municipal em Educação.

Nessa perspectiva, defendeu-se que o Conselho Municipal pautasse as suas ações a partir das discussões coletivas realizadas pelo Fórum. E, Ainda apontou-se

a implantação do orçamento participativo no município e os grêmios escolares como espaço de organização estudantil nas escolas, sem realizar detalhamento sobre essas propostas em outras sessões.

Com a eleição de diretores em 2000, o Sindicato procurou os candidatos para prefeitos a fim de que a discussão realizada acerca do Plano Municipal fosse respeitada, o candidato Albanor José Ferreira Gomes assumiu o compromisso ao assumir posse em garantir a aprovação e efetivação do Plano Municipal de Educação em Araucária. Em 2001, o candidato assumiu a prefeitura e o Fórum buscou dar continuidade às ações desencadeadas junto ao Poder Público, tendo como referência as discussões realizadas para o Plano Municipal. Nesse ano , o Fórum procurou discutir o plano de ação dessa gestão para a educação do Município, buscando fazer um paralelo com as ações propostas para o Plano Municipal. A Secretária apresenta resistência a esse processo, solicitando a saída da entidade da coordenação executiva do Fórum.

Em 2005, o prefeito Olizandro José Ferreira assumiu a prefeitura retomando a discussão do Plano Municipal de Educação. E, a Secretaria Municipal de Educação retoma as discussões para elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação, criando comissões de estudo e sistematização.

De acordo com os relatos da Conselheira Municipal de Educação, proposta de Plano Municipal discutido pelo Fórum serviu de referência para a retomada das discussões na gestão de 2005 a 2008, no entanto de forma descontextualizada e fragmentada.

Nessa história foi possível identificar dois movimentos oriundos desse processo de "engavetamento" da proposta para o Plano Municipal de Educação:

- Esse processo serviu para qualificar os educadores engajados na luta pela escola pública, no sentido de aproximá-los das discussões das políticas públicas e viabilizar um espaço efetivo de diálogo e participação, delineando um projeto coletivo de educação em Araucária.
- Como provocou um descrédito e desmobilização para o trabalho coletivo, uma vez que muitas expectativas foram frustradas quando

esse documento para subsidiar o Plano Municipal foi engavetado pelo Poder Público.

Esses movimentos ocorreram simultaneamente em Araucária, percebendo-se o convívio de diferentes reações como luta/desistência, indiferença/inconformismo, resistência/reprodução.

3.3 O projeto de lei para instituição do Conselho Municipal de Educação realizada pelo Fórum e a aprovação da Lei 1527/04

Desde a discussão do Plano Municipal houve a expectativa da implantação do Conselho Municipal de Educação, sendo organizada a V Sessão do Fórum para discutir o projeto de lei que previa a sua existência no contexto político de Araucária. A partir dessa sessão do Fórum foi sistematizado um novo projeto de lei que representava a discussão coletiva.

Para compreender os embates existentes analisou-se as discussões realizadas nas sessões sobre o Conselho Municipal de Educação como órgão da gestão do sistema e traçou-se um comparativo entre o projeto de lei elaborado pelo Fórum e a Lei 1527/04 que o instituiu em Araucária. Além de analisar a percepção de alguns educadores envolvidos diretamente com o Conselho Municipal de Educação, os quais participaram de todo esse processo de discussão.

Na comparação desses documentos, buscou-se destacar aspectos relevantes que indicavam o modelo de gestão presente a legislação analisada. Nessa análise buscou-se reconhecer as competências atribuídas ao Conselho Municipal de Educação e o processo previsto para composição e recomposição dos seus membros. Nesse primeiro aspecto, é possível perceber o alcance e limite desse órgão na definição das políticas públicas e no segundo aspecto, como a lei pode favorecer ou dificultar o exercício democrático.

No projeto de lei sistematizado pelo Fórum previa-se numericamente uma composição paritária, abrindo espaço para o diálogo com os representantes de outras instâncias da sociedade como associação de moradores, Conselho de Escola e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Enquanto que a lei

1527/04 previa a participação dos representantes do Poder Executivo, dos professores, dos funcionários, dos pais e dos alunos.

Em relação à definição de competências ao Conselho Municipal de Educação observou-se que a maioria dos incisos coincide nos dois documentos analisados. Dessa forma, percebe-se que o projeto de lei serviu de referência na elaboração da lei 1527/04.

No entanto, as competências relacionadas à fiscalização dos recursos financeiros e a necessidade de avaliação das condições de trabalho não são contempladas na Lei 1527/04. Nesse aspecto, o Fórum entendia como competência do Conselho:

> VIII - acompanhar, analisar e avaliar as condições de trabalho dos integrantes do magistério municipal, propondo políticas visando sua melhoria, e do processo de formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores em Educação;
> IX - analisar e propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, no que se refere ao desempenho do orçamento municipal para o ensino e a educação.
> XVIII - elaborar relatório anual de suas atividades, com caráter avaliativo, encaminhando-o para apreciação do Conselho Estadual de Educação;
> XII - pronunciar-se sobre a aplicação anual e plurianual dos recursos destinados à educação do Município, inclusive os provenientes do Governo do Estado, da União ou dos organismos nacionais e internacionais; (lei elaborada pelo Fórum para a Instituição do Conselho Municipal de Educação, 2002 sem paginação, sem grifos no original

De acordo com uma das entrevistadas (entrevistada 03), o Poder Público buscou realizar uma limpeza no projeto de lei sistematizado a partir das sessões do Fórum de acordo com a concepção de gestão existente. Essa limpeza revelou-se através de alterações e supressões, sendo que a Lei 1527/04 foi o resultado da tensão entre os princípios defendidos pelo Fórum e a política municipal em vigor.

Os dois projetos propusseram o mandato dos conselheiros de 03 anos. O projeto de lei previa a indicação dos conselheiros por cada instituição e a Lei 1527/04 a realização de assembléia para a escolha por cada segmento. Para a recomposição, o projeto de lei previa a recomposição dos membros do Conselho Municipal de Educação progressivamente evitando-se que a cada mandato tivesse um novo grupo recomeçando as discussões, permitindo uma continuidade das ações propostas. No entanto, esses artigos foram desconsiderados na aprovação da Lei 1527/04.

Nesse processo analisou-se também o decreto n° 19.802/2006 que aprovou o regimento do Conselho Municipal o qual garantiu parcialmente algumas questões defendidas pelo Fórum quanto às suas competências que anteriormente tinham sido omitidas na lei 1527/04. Esses incisos foram reescritos da proposta do Fórum:

> VIII- manifestar-se sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério e dos Servidores que prestam serviços às Unidades Educacionais;
> IX- avaliar e propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos e material didático, garantidos no SME;
> x- Sugerir propostas para as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais e Plurianuais (2006, p.04-05).

Dentre essas competências, observou-se que para o Fórum o Conselho Municipal como órgão normativo e fiscalizador possuía maior alcance de atuação do que foi garantido por lei. Para o Fórum, o processo de aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento do Magistério e dos Trabalhadores da Educação era incumbência do Conselho Municipal enquanto que no regimento restringiu-se a ação do Conselho a manifestar-se sobre esses assuntos. Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendia-se que o Conselho poderia pronunciar-se inclusive nos recursos provenientes do Governo do Estado, da União ou dos organismos internacionais.

Nas sessões realizadas pelo Fórum, nas proposições percebeu-se a necessidade do Conselho Municipal deliberar a partir das discussões coletivas realizadas pelo Fórum, sendo um órgão consultivo, ou seja, que cada segmento deve ser efetivamente representado, como observa-se no quadro seguir:

Ano	Propostas elaboradas a partir das sessões do Fórum
2001-Sessão IV Relatório Final da I Conferencia Municipal de Educação	Efetivar as ações propostas nos Fóruns Municipais de Educação contidas no PMEA, sendo acompanhadas pelo Conselho Municipal de Educação.
2003 Projeto de Lei de implantação do Sistema de Ensino	O Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, conforme competências estabelecidas em lei (art.8, inciso I);

A discussão que desencadeou o projeto de lei foi muito rica á medida que deixou claro para a sociedade que o Conselho Municipal de Educação não é braço

do Poder Executivo exigindo a contínua participação popular. No entanto, a Lei 1527/04 não garantiu a existência de efetiva consulta à sociedade, impedindo a efetivação da representação no interior do Conselho:

" A lei não prevê mecanismos de consulta aos representados, dificultando o processo de participação da população, sendo que as discussões do Fórum servem de balizador na tomada de decisões (entrevistada 03)."

A discussão realizada pelo Fórum em relação ao Conselho Municipal de Educação permitiu aos profissionais da educação compreender os limites e as possibilidades de atuação do Conselho na gestão pública, e ampliar a percepção política da educação. Percebe-se que inicialmente o Fórum previa que o Conselho Municipal fosse um órgão soberano no planejamento e avaliação das políticas públicas, posteriormente, defendendo a sua ação associada às discussões do Fórum e a realização de Conferências Municipais de Educação.

Esse debate representou um rico espaço de formação para os profissionais da educação nas relações sociais travadas em cada sessão, bem como impulsionou a implantação do Conselho Municipal e a discussão da função social desse espaço e as condições necessárias para a sua efetivação. A lei 1527/04 apresentou mudanças ao projeto de lei construído no Fórum, no entanto a qualidade das discussões repercutiu além do espaço e do tempo, garantindo hoje a atuação dos conselheiros, sendo o Fórum um espaço de formação do exercício democrático.

Para GOHN (p.5), há uma relação estreita entre a formação existentes em espaços de representação e a qualidade da atuação dos Conselhos de Educação:

> nos municípios sem tradição organizativa-associativa, os conselhos tem sido apenas uma realidade jurídico-formal e muitas vezes, um instrumento nas mãos dos prefeitos e das elites, falando em nome da comunidade, com seus representantes oficiais, e não atendendo minimamente os objetivos de controle e de fiscalização dos negócios públicos.

A democracia requer a soma da ação dos institutos no sentido de ampliação dos espaços de discussão, fiscalização e proposição de novas políticas públicas. Dessa forma, o Fórum exerce repercussão na ação dos conselheiros comprometidos com a escola pública cotidianamente.

3.4 O projeto de lei realizado pelo Fórum e a lei aprovada que institui o Sistema Municipal de Ensino em Araucária

Em 2003 o Fórum Municipal de Educação encaminhou à Prefeitura um projeto de Lei para a implantação do Sistema Municipal de Ensino enquanto que no dia 02 de dezembro de 2004 foi aprovado a lei 1528/04 que o instituiu em Araucária. Para compreender a relação entre o Fórum e as políticas no município, essa pesquisa procurou comparar esses dois documentos.

No projeto de lei procurou-se detalhar a concepção de educação e os seus princípios e os objetivos, dedicando um título ao direito á educação e ao dever de educar :

> "**Art. 2º** - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações de sociedade civil e nas manifestações culturais:
> § 1° - Esta lei disciplina a educação escolar que se desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições próprias;
> § 2° - A educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Proposta de Lei elaborada pelo Fórum Municipal de Educação de Araucária, p.1).

Enquanto que a Lei 1528/04 restringiu-se a concepção de educação ao espaço escolar, procurando apontar apenas os objetivos e os fins da Educação Municipal. A lei não citou nenhum objetivo em que a educação do Município se comprometia com o desenvolvimento pleno do ser humano.

Em relação à gestão democrática (o objeto dessa pesquisa), percebeu-se que na lei 1528/04 previa se a participação em órgãos colegiados, mas não se procurou identificar os órgãos previstos no Município, apenas citando a possibilidade de organização de grêmios e associações por parte da comunidade escolar. Enquanto que o Fórum enfatizou o Conselho de Escola e o Congresso Municipal de Educação como fórum máximo de deliberação dos princípios norteadores das ações das Escolas da Rede Pública Municipal, enfatizando a importância da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico da escola. A Lei 1528/04 previu a participação na elaboração da proposta pedagógica dos profissionais da educação e dos pais ou responsáveis.

Nesses aspectos, percebe-se uma distância acentuada entre a concepção

proclamada pela mantenedora e pelo Fórum. Nas proposições do Fórum foram previstas ações diretas para a gestão democrática do sistema enquanto que a mantenedora não descreveu mecanismos claros e efetivos.

Discutir gestão democrática pressupõe garantir autonomia. Essa questão é reverenciada nos dois documentos analisados. Na proposta de lei se previa a autonomia:

- financeira: através de repasses de verbas públicas pelo Plano de Aplicação, respeitando o Projeto Político Pedagógico, atrelado à prestação de contas, aprovado pela Mantenedora e o Conselho de Escola .
- pedagógica: na elaboração do projeto político pedagógico em consonância com a legislação vigente e os princípios norteadores do Congresso Municipal de Educação.
- administrativa: pautada nos princípios da Gestão Democrática.

Enquanto que a autonomia na Lei 1528/04 resumiu-se a um inciso que a previa como princípio da gestão democrática com a garantia de "graus progressivos de autonomia das escolas na gestão pedagógica". Defendeu-se como princípio a descentralização sobre as decisões no processo educacional.

Quanto à eleição, como instrumento da gestão democrática, não é citada na Lei 1528/04. Já na lei proposta pelo Fórum é detalhada no artigo 20, como instância para escolha dos membros do Conselho de Escola e dos diretores da escola. No entanto, o Fórum esqueceu de que o Sistema Municipal de Educação não normatiza leis somente para as escolas, por isso o mais adequado seria prever a eleição em todas as unidades educacionais, como os Centros Municipais de Educação Infantil e outras instituições. A proposta do Fórum previa a eleição da seguinte forma:

> **Art. 20** - A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, com vistas a garantir o preceito da autonomia pedagógica, administrativa e financeira prevista pela Lei Federal n° 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, será definida com base nos seguintes princípios:
> I - eleição direta para o Conselho Escolar, com participação de todos os segmentos da comunidade escolar, conforme determinações da respectiva lei municipal;
> II - eleição direta para direção de Escola, com participação de todos os segmentos da comunidade escolar, conforme determinação da respectiva lei municipal;
> III - autonomia da comunidade escolar para definir seu projeto político pedagógico, observada a legislação vigente e os princípios emanados do Congresso Municipal de Educação (Proposta de lei construída no Fórum Municipal de Educação para Implantação do Sistema Municipal de Educação, p.11).

O documento construído pelo Fórum dedicou uma sessão para o Plano Municipal de Educação no capítulo que descrevia a organização do Sistema. Sentiu-se a necessidade de garantir que elaboração do Plano Municipal de Educação fosse realizada de forma coletiva, sendo que o Conselho Municipal e a Secretaria Municipal exerceriam o papel de coordenação desse processo, utilizando o Congresso Municipal de Educação como espaço para discussão de aprovação e alteração das propostas do Plano, como é possível analisar :

> Art. 11 - 0 Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, será elaborado em conformidade com os princípios emanados do Congresso Municipal de Educação e com os Planos Nacional e Estadual de Educação.
> § 1º - Toda e qualquer alteração do Plano Municipal de Educação deverá ser aprovada previamente pelo Congresso Municipal de Educação.
> § 3º - O Plano Municipal de Educação será elaborado coletivamente pelas instituições de ensino públicas e de educação infantil privadas sob coordenação do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação (Proposta de lei construída no Fórum Municipal de Educação para Implantação do Sistema Municipal de Educação, p.9).

Ainda a proposta de lei previa o "Fórum em Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal do Município de Araucária, como órgão consultivo, propositivo e de acompanhamento das políticas educacionais. "Compreendia que o Fórum constituía se como parte do Sistema Municipal de Ensino.

A Lei nº 1528/04 não citou o Plano Municipal de Educação, mencionando somente o Plano Estadual e Nacional, sendo que ainda não tinha a aprovação do Plano Municipal no Município apesar das discussões realizadas. Como espaços de debate coletivo, a Lei não considerou o Fórum em Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal do Município de Araucária nem a existência de Congressos Municipais de Educação como espaços de discussão, fiscalização e proposição das políticas do Município, atrelando essa função somente ao Conselho Municipal de Educação.

Outro conceito em que a proposta do Fórum e a Lei Nº 1528/04 diferiram foi no reconhecimento dos trabalhadores da educação. Na proposta de lei há um título específico que procurou tratar sobre os trabalhadores e profissionais da educação enquanto que a lei n° 1528/04 desconsiderou a existência dos trabalhadores da educação. Para o Fórum, os trabalhadores da educação são considerados todos os profissionais que atuam nas instituições privadas e públicas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil. A Lei Nº. 1528/04 buscou detalhar os deveres dos

Profissionais de Educação enquanto que o Fórum procurou defender os direitos dos trabalhadores e profissionais da Educação, como formação continuada, condições de trabalho e remuneração adequada, garantidos no Plano de Carreira.

A questão do financiamento da educação é ressaltada nos dois documentos, no entanto, o tratamento dado aos recursos financeiros demonstrou concepções diferenciadas de gestão. As propostas do Fórum buscavam a garantia exclusiva de verbas públicas para instituições públicas, permitindo exceção somente à destinação às escolas especiais, sendo regulamentadas pelo Conselho Municipal. Na proposta de lei deixou-se claro algumas formas de financiamento dos recursos públicos para a educação, sendo que o Conselho de Educação tinha como incumbência acompanhar, analisar e propor alternativas quanto ao uso dos recursos públicos:

> X - analisar e, quando for o caso, propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, e quanto mais se refira ao desempenho do orçamento municipal para o ensino e a educação;
> XXIII - promover o acompanhamento do uso dos recursos públicos no ensino e na educação, em conformidade com os dispositivos pertinentes constantes da Constituição Federal e demais normas;
> XXVIII - pronunciar-se sobre a aplicação anual e plurianual dos recursos destinados à educação do Município, inclusive os provenientes do Governo do Estado, da União ou dos organismos internacionais (Proposta de lei construída no Fórum Municipal de Educação para Implantação do Sistema Municipal de Educação, 2000, p.3 - 5).

Nessa questão, a Lei 1528/04 responsabilizou-se a Secretaria Municipal de Educação como responsável pela gestão financeira do Sistema, contando com a participação do Conselho Municipal de Educação nessas discussões enquanto que o no documento construído pelo Fórum não prevê essa incumbência à Secretaria:

> **Art. 29** A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, cabendo lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
> **Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Educação participará das discussões da proposta orçamentária e acompanhará a sua execução, zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais.
> **Art. 30** A Secretaria Municipal de Educação é a gestora dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsável, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação.

A gestão do sistema requer um regime de colaboração entre a União, os Estados e os Municípios a fim de se garantir uma unidade na diversidade e a

efetivação dos direitos do cidadão. Para tal, as propostas feitas pelo Fórum procuraram definir as incumbências de cada sistema em regime de colaboração dos artigos 12 ao 16. Enquanto que a Lei 1528/04 não deixou vago como se dará esse regime de colaboração ao prever que o Município definirá com o Estado as formas de colaboração, não explicitando quais formas de colaboração podem existir. Entende que o Sistema deve agir em colaboração primeiramente com o Estado, buscando estabelecer com outros municípios através de consórcios. Não mencionando na lei como se daria o regime de colaboração com a União.

3.5 Em busca de uma síntese...

A pressão exercida pelo Fórum através do acompanhamento e proposição de novas políticas públicas para o município se deu num processo de confronto de projetos de gestão e de interesses antagônicos. Nessa trajetória, o Fórum foi um importante marco histórico diante das políticas descontínuas no município a cada mudança de dirigente municipal. É possível fazer uma breve avaliação do papel do Fórum ao longo do período analisado, especialmente quanto às políticas de gestão do sistema:

- Diante da expectativa de elaboração coletiva do Plano Municipal, o Fórum representou um espaço de diálogo entre os professores e a mantenedora e se constituiu como espaço coletivo em Araucária. Todo o processo de mobilização permitiu que as políticas em Araucária tomassem novos rumos à medida que os professores instrumentalizaram-se para discutir as políticas públicas. Percebe-se que algumas proposições apontadas desde 1998 tornaram-se políticas no município, como a criação do Conselho Municipal de Educação e os Conselhos de Escola bem como a mudança na lei de diretores. Apesar do documento de Plano Municipal da Educação sistematizado a partir das sessões do Fórum não ter sido aprovado na Câmara, os princípios discutidos orientaram a luta dos professores e a efetivação de algumas importantes políticas públicas em Araucária.
- O Fórum representou um espaço qualificado de formação para os conselheiros municipais de educação, sendo uma referência para as discussões realizadas

por representar os ideais do coletivo dos professores. A lei elaborada pelo Fórum serviu de base para o documento aprovado, sendo que muitas conquistas previstas podem ainda ser alcançadas através da formação e mobilização exercida pelo Fórum.

- A instituição do Sistema Municipal de Ensino em Araucária foi anteriormente discutida pelo Fórum, sendo que muitas discussões realizadas não foram contempladas na lei à medida que o Poder Executivo apresentou um novo projeto. No entanto, o processo de discussão permitiu aos professores se qualificarem nas discussões de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No resgate da história do Fórum Municipal de Educação em Defesa da Escola Pública em Araucária foi possível analisar como os diferentes sujeitos coletivos impulsionaram o fortalecimento desse espaço nas discussões das políticas públicas. Entendendo a democracia como um processo é possível perceber que a ação do Fórum estava associada a outras instituições, sendo que a democracia se faz no coletivo. Enquanto que a idéia de coletivo não nega a existência de conflitos e interesses contraditórios, mas que se constrói no diálogo. Dessa forma, o Fórum representou um espaço de diálogo, constituindo-se num espaço privilegiado de participação para os educadores no Município de Araucária, conquistando condições adequadas para essa participação.

Nessa pesquisa, o cenário político foi revisitado à medida que se estabeleceu a relação entre os relatos orais e os documentos disponíveis, buscando-se compreender os fatos históricos na sua totalidade. A mudança de dirigentes municipais, a pressão exercida pelo Sismmar, a participação dos educadores e as ações descontínuas da Secretaria Municipal de Educação compuseram o cenário em que o Fórum atuou como espaço de mobilização para o debate coletivo das políticas públicas em Araucária.

O Sismmar desempenhou o papel decisivo na implantação e no fortalecimento do espaço do Fórum no município á medida que se qualificou com a participação na discussão da política nacional desencadeada pelo Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública mobilizando os educadores sindicalizados para o debate.

Nesse contexto, o Fórum Municipal surgiu como iniciativa do Sindicato, junto aos professores. O Fórum resistiu às mudanças ocorridas no sindicato permanecendo presente na agenda do Sismmar, sendo que a coordenação do Fórum continuou sobre a responsabilidade do sindicato junto com outras entidades filiadas. Contudo, o diálogo entre o Sismmar e a Secretaria em 1998 permitiu que o Fórum mobilizasse todos os professores da rede municipal de ensino a partir da experiência da organização da 17ª Sessão do Fórum Paranaense realizada em Araucária. Essa mobilização permaneceu forte no contexto político de Araucária,

permeado de contradições e conflitos próprios do diálogo entre diferentes grupos sociais.

As mudanças de dirigentes municipais em Araucária marcaram o cenário político através de ações descontínuas desde o reconhecimento do espaço propositivo do Fórum à negação do projeto coletivo construído pelo Fórum nesse doze anos. Porém, a discussão sobre a gestão do sistema resistiu às tentativas de enfraquecimento do espaço do Fórum.

Nessa perspectiva, a ampla discussão sobre o projeto de lei para implantação do Conselho Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Ensino realizada nas sessões do Fórum representou a resistência dos educadores na luta pela democratização da gestão do sistema. Essas esferas de atuação política alteraram o cenário de planejamento, constituição e avaliação das políticas públicas no município através da abertura de novos espaços de exercício democrático. Dessa forma, o Fórum acompanhou as discussões, posicionando-se criticamente e pressionando o Poder Público através da elaboração de projetos de lei.

A Secretária Municipal de Educação como entidade filiada viabilizou as sessões através da disponibilização de material e apoio financeiro, em algumas sessões, fazendo parte da coordenação executiva do Fórum. No entanto, percebeu-se que nas últimas gestões, a Secretária Municipal de Educação proclamou a incorporação das discussões realizadas pelo Fórum no processo de retomada das discussões sobre o Plano Municipal de Educação enquanto utilizou-se das proposições realizadas pelo Fórum de forma fragmentada e descontextualizada. Nas últimas gestões, a Secretária não tem buscado organizar espaços efetivos de debate coletivo, restringindo às suas ações através dos assessoramentos, das jornadas pedagógicas e das audiências públicas com pouca adesão dos educadores. Dessa forma, o Fórum permanece como único espaço de mobilização de todos os professores da rede municipal de ensino.

No detalhamento das condições de trabalho, os educadores exerceram papel decisivo no Fórum. Os educadores deram significado e vida ao Fórum nesses últimos dozes anos de existência. No entanto, percebeu-se que muitos educadores confundem o espaço do Fórum ora como braço do Sindicato ora como proposta da Secretaria.

Essa pesquisa analisou a mobilização através da história de constituição do Fórum, destacando as principais ações desencadeadas, procurando identificar avanços e limites existentes. A partir dessa pesquisa percebeu-se a necessidade de investigar a repercussão do Fórum na formação política dos professores em Araucária, buscando analisar a concepção de gestão através da percepção dos educadores.

Ainda os professores têm apontado a necessidade de avaliação do Fórum na definição das políticas nas últimas sessões. Dessa forma, percebe-se a necessidade de confrontar as expectativa e a percepção dos professores em relação à função do Fórum e à sua trajetória para compreender como os professores incorporam essa experiência à sua formação e se percebem nesse espaço.

Nessa pesquisa foi possível comparar os projetos de lei elaborados pelo Fórum e as leis aprovadas para a instituição do Conselho Municipal de Educação e Sistema Municipal de Ensino. Nessa perspectiva, percebeu-se a tensão existente entre o Poder Legislativo e a pressão exercida pelo Fórum. Apesar de se observar que o Poder Legislativo em alguns momentos usou como referência o projeto de lei elaborado pelo Fórum e em outros momentos, negou as discussões realizadas, concluiu-se que o processo desencadeado nessa discussão foi tão rico a ponto de superar esses limites para alguns educadores que afirmam que o Fórum representa a melhor escola de formação continuada.

As proposições apontaram para uma concepção democrática de gestão pública, em que o Fórum procurou-se defender o papel do Estado como mantenedor da Escola pública, com a participação qualificada de diferentes segmentos nas decisões políticas da educação, buscando qualificar todos os professores através das sessões do Fórum. As pautas do Fórum representaram inquietações às novas demanda indicadas na legislação educacional, apontando cenários nacionais e buscando construir uma trajetória de discussão sobre o papel do Estado. Apesar de que muitas reivindicações do Magistério não foram contempladas, esse espaço trouxe contribuições significativas para alteração das relações de poder. Pois, sem dúvida, se essas sessões não tivessem ocorrido, hoje, haveria um outro formato de legislação municipal.

A participação nessas discussões políticas representou um enfrentamento á lógica de divisão do trabalho em que os técnicos elaboram as leis enquanto cabia aos subordinados somente cumpri-las. A participação não eliminou os conflitos e o jogo de poder e de interesse, no entanto dificultou o processo político de alienação.

A pauta de proposições do Fórum extrapolou os documentos à medida que qualificou o professor para a ação política consciente e instrumentalizou-o para a luta. A experiência da mobilização e da organização coletiva tem marcado a formação dos professores em Araucária. Enquanto o Poder Executivo procura enfraquecer esse movimento ao desvalorizar a discussão do Fórum, não pôde apagar essa experiência dos professores de Araucária.

No processo de investigação das proposições realizadas pelo Fórum percebeu-se a necessidade de reorganizar esse dados históricos a fim de perceber as mudanças existentes na concepção de gestão. Após a delimitação do objeto de pesquisa, percebeu-se que esses documentos podem orientar outras pesquisas pois são ricas fontes históricas sobre o pensamento pedagógico e político dos professores em Araucária. A partir dessas proposições é possível analisar a concepção de avaliação e currículo dos professores em Araucária, bem como traçar uma trajetória sobre as discussões sobre outros mecanismos de exercício democrático como o Conselho de Escola e a eleição de diretores.

BIBLIOGRAFIA

ALERARO, L. R. G. Resistência e Submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: Nora Kraweczy, Maria Malta Campos, Sergio Haddad **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate/organizadores**– Campinas, SP; Autores Associados, 2000- Coleção Educação Contemporânea.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 08/10/1988. Brasília, DOU – 05/10/1988.

_____. **Lei n.9394/96, de 20/12/1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA. **Lei 1527/04: Institui o Conselho Municipal de Araucária** .. Araucária, 2004

_____. **Lei 1528/04: Institui o Sistema Municipal de Ensino.** Araucária, 2004

CARVALHO, M.do C. A. A. e TEIXEIRA, A. C. (org.) **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo; PÓLIS, 2000.

CHAUÍ. M. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Abramo, 2000.

CORDIOLLI, M. **Neoliberalismo**. Síntese produzida para a disciplina de Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º grau. Deplae, UFPR, 1997.

Conselho de Escola: construindo a democracia. UFPR, SISMMAC & SISMMAR. Curitiba:UFPR, 2001.

COUTINHO, C. N. **Contra a Corrente:** Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA, L. A. A organização do campo educacional: as conferencias de educação. **Revista Educação & Sociedade**, mai.1983, p.05-48, editora Cortez.

CUNHA, L.A. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, Niterói, RJ: Editora da Univerdidade Fluminense; Brasília, DF:FLACSO do Brasil, 2001.

FERREIRA, N. S. C. AGUIAR, M. Â. da S (orgs.). **Gestão da Educação:** Impasses, perspectivas e compromissos._São PAULO: cortez, 2004.

FISCHER, N. B. MOLL, J.(org) Por uma nova esfera do orçamento participativo. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.

FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA. **Proposta de Projeto de Lei do Sistema Municipal de Ensino. Araucária (mmeo).**

FÓRUM MUNICIPAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA. **Proposta de Projeto de Lei do Conselho Municipal de Educação. Araucária (mmeo).**

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa.** São Paulo, Paz e terra, 1996

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo, Cortez, 1999.

GOUVEIA, A. B. **Orçamento participativo, controle social e o poder público municipal: a experiência de União da Vitória/PR.** Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2002.

GONÇALVES, N. G. A relação Estado e Educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.86, n.213/214, p.21-37, maio/dez.2005.

KUENZER, A. **Planejamento e educação no Brasil/** Acácia Kuenzer, Maria Julieta Costa Calzans e Walter Garcia- São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época. v.21).

NUNES, A. C. Ressignificação da Gestão Democrática: Igualdade, Desigualdade e Diferença. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, SISMMAC, nº1, 2002, p. 22-29

MARTINS, C. **Política Educacional**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MENEZES, M. E. C. **Participação:** Princípio Fundamental no Processo da Gestão Democrática. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, Universidade Federal do Paraná, 2005.

SOUZA, H. de. **Escritos Indignados:** democracia x neoliberalismo no Brasil/ Herbert de Souza (Betinho). – Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IBASE, 1993

PARENTE, C. da M. D. Assistência financeira do FNDE/MEC a programas e projetos educacionais: formato e implicações. **Revista de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.87, n.215, p.19-28. jan./abr.2006.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo, Ática, 1997.

_____. **Gestão democrática: participação da comunidade na escola**. Nosso Fazer, Curitiba, ano 1, n. 9, ago. 1995, p. 1

_____ **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã , 2001

PERISSINOTTO, R. FUKS, M. **Democracia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro; Relume Dumará,Curitiba, PR; Fundação Araucária, 2002.

SANTOS, A. L. R. dos. **Plano e Gestão da Educação Municipal:** Relação entre Proposta e Efetivação. Curitiba, PR, Universidade Federal do Paraná, tese de mestrado, Setor de Educação, 2004.

SAVIANI, D. **Educação e Políticas Especiais**. São Paulo: Cortez 1996.

_____. **Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional.** Campinas: Autores Associados, 1998.

SOUZA, A. R de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil.** Tese de doutorado em Educação: História, Política e Sociedade.São Paulo: PUC, 2006.

SPÓSITO, M. P. **Educação, gestão democrática e participação popular**. São Paulo: DP&A, 1999.

_____. **Sistemas de ensino e gestão Democrática** (mimeog).

TAVARES, T. M. **Gestão Pública do Sistema de Ensino no Paraná.** Dissertação de doutorado, PUC/SP, 2004.

TOURAINE, A. **O que é a democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VALENTE, I. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

SPOSITO, M. **Sistemas de ensino e gestão Democrática** (mimeog)

VIEIRA, E.. **Política econômica e política social**. In: VIEIRA, Evaldo. Democracia e política social. São Paulo, Cortez, 1992.

ANEXOS

Anexo 1

As perguntas que nortearam a entrevista foram as seguintes:

1) Dados Pessoais (nome, função na rede municipal, tempo de serviço no município)
2) A quanto tempo você acompanha as atividades do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal em Araucária?
3) Quais foram as principais atividades que você desempenhou no Fórum?
4) Quais foram as principais discussões desencadeadas pelo Fórum Municipal?
5) No tema gestão, quais foram as principais posições defendidas pelo Fórum?
6) Cite as principais conquistas em que o Fórum foi um instrumento decisivo para efetivação:
7) E, nesses 11 anos quais foram as maiores dificuldades encontradas pelo Fórum?
8) E, quais foram as principais mudanças ocorridas no Fórum desde 1996?
9) Destaque o nome de pessoas importantes nos embates realizados no Fórum?

Anexo 2

A Carta de Princípios do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública e Gratuita em Araucária

01. Escola Pública, gratuita, universal e laica.
02. Gratuidade extensiva a todos os níveis do Ensino Público.
03. Educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) universal e unitária, que assegure a qualidade de ensino, entendida como apropriação ativa e crítica dos conhecimentos historicamente acumulados pelo homem.
04. Atendimento educacional especializado gratuito as pessoas com necessidades educativas especiais preferencialmente na rede regular.
05. Exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas.
06. Dever intransferível do Estado de manter o ensino público, bem como os programas suplementares voltados ao atendimento ás necessidades os educandos nos termos do artigo 17º, inciso IX da Constituição Estadual.
07. Escolaridade básica de jovens e adultos que não tiveram a idade própria, assegurando o mesmo padrão de qualidade de ensino regular.
08. Criação e implantação de formas colegiadas, democráticas de gestão da escola brasileira, assegurando o princípio da eleição direta, secreta na escolha dos dirigentes das instituições de ensino.
09. Adoção de mecanismo democráticos na composição e gestão dos órgãos de direção da educação brasileira em todas as instâncias, assegurada a representatividade e legitimidade das mesmas.
10. Dignidade dos profissionais da educação com o estabelecimento do Plano de Carreira, piso salarial unificado nacionalmente, Regime Jurídico Único que preserve e amplie as conquistas dos diferentes segmentos do ensino público, bem como as condições adequadas de trabalho e aperfeiçoamento necessárias à concretização de uma escola pública de qualidade.
11. Investimento real na qualificação docente, dotação de equipamentos didático-pedagógicos na escola (biblioteca), laboratório, espaços para atividades culturais e desportivas e outras), bem como a construção e manutenção de instalações adequadas ao trabalho educativo."

Anexo 3

DISCUSSÕES REALIZADAS PELO FÓRUM SOBRE CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Ano	Propostas elaboradas a partir das sessões do Fórum
1999	• Constituir o Conselho Municipal de Educação como órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo com representação paritária dos segmentos sociais organizados através de processo eleitoral realizado pelos seus pares tendo essa dotação orçamentária que lhe assegure eficiente fundamento e autonomia administrativa para agir e decidir em conformidade com suas funções e atribuições. • Realizar a cada dois anos eleições quadrienais em nível municipal dos Conselhos Municipais de Educação precedida de Conferencia em cada um dos níveis. • Garantir a participação dos segmentos organizados da sociedade (SISMMAR, Associação de Pais, Conselhos Escolares, Fórum Municipal da Educação,Conselho Municipal da Educação) nas decisões de remunicipalização e/ou estadualização de qualquer Unidade Escolar. • Adoção imediata de critérios que assegurem a democratização na composição dos Conselhos Municipais e Escolares, através de eleição, garantindo a representação da sociedade civil organizada. • Avaliar interna e externamente as instituições educacionais, levando em conta seus recursos, organização, condições de trabalho, entre outros indicadores em processo coordenados pelo Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares.
2000-Proposta elaborada para o Plano Municipal	• Reorganização do Conselho Municipal de Educação, como órgão soberano no âmbito da Educação. • Constituição de uma comissão para atualizar a lei que institui o Conselho Municipal de Educação, de acordo com a legislação vigente, tendo as seguintes atribuições: reorganizar o Conselho Municipal de Educação e conduzir o processo de composição, de forma a garantir a representação paritária dos diversos segmentos educacionais e outros setores da sociedade araucariense. • Definição de processo de acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação e respectiva avaliação, em diferentes instâncias: Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares.
2001-Sessão IV Relatório Final da I Conferencia Municipal de	• Garantir a efetivação do Conselho Municipal de Educação como órgão soberano, no âmbito da educação, definindo, avaliando e fiscalizando as políticas públicas educacionais, mantendo a representação paritária dos diversos segmentos da sociedade araucariense, promovendo a divulgação de suas

Educação	ações. • Efetivar as ações propostas nos Fóruns Municipais de Educação contidas no PMEA, sendo acompanhadas pelo Conselho Municipal de Educação.
2003 Projeto de Lei de implantação do Sistema de Ensino	• O Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, conforme competências estabelecidas em lei (art.8, inciso I); • **Art. 31** - O Conselho Municipal de Educação definirá a relação adequada entre número de alunos e professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento. • **Parágrafo único** – serão definidos também a relação adequada para o número de alunos incluídos no sistema regular em cada sala de aula. •
2005	• Efetivação de metas pelo Conselho Municipal que realmente atendam mais a realidade do nosso município. • Informativo das discussões feitas pelo Conselho Municipal de Educação para comunidade escolar. • Construção e efetivação da Rede de Proteção a Infância, com todas as entidades (sindicatos, secretarias, ONG`s, Conselhos, etc...).

Anexo 4

Quadro comparativo sobre a estrutura do Projeto de lei elaborado pelo Fórum e a Lei 1528/04 que instituiu o Sistema Municipal de Ensino:

Projeto de Lei para instituição do Sistema Municipal de Educação construído pelo grupo de estudo do Fórum Municipal de Educação de Araucária	**Lei 1528/04 aprovada em 02/12/2004, a qual institui o Sistema Municipal de Educação.**
TÍTULO I - Do Sistema Municipal de Ensino TÍTULO II - Da Educação TÍTULO III - Dos Princípios e Fins da Educação TÍTULO IV - Do Direito à Educação e do Dever de Educar TÍTULO V - Da Estrutura e Organização do Sistema CAPÍTULO I - Da Estrutura SEÇÃO I - Do Conselho Municipal de Educação SEÇÃO II - Da Secretaria Municipal de Educação CAPÍTULO II - Da Organização SEÇÃO I - Do Plano Municipal de Educação SEÇÃO II - Do Regime de Colaboração SEÇÃO III - Da Gestão Democrática de Ensino TÍTULO VI - Da Organização dos	CAPÍTULO I - Da Educação Municipal SEÇÃO I - Dos Objetivos da Educação Municipal SEÇÃO II - Das Responsabilidades do Poder Público Municipal CAPÍTULO II - Da Organização do Sistema Municipal SEÇÃO I - Das Instituições Educacionais SEÇÃO II - Da Secretaria Municipal de Educação CAPÍTULO III - Da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal CAPÍTULO IV - Da Organização da Educação Escolar SEÇÃO I - Da Educação Infantil SEÇÃO II - Do Ensino Fundamental SEÇÃO III - Da Educação de Jovens e Adultos SEÇÃO IV - Da Educação Especial CAPÍTULO V - Dos Profissionais da

Estabelecimentos de Ensino TÍTULO VII: Dos Níveis da Educação Básica CAPÍTULO I - Da Educação Infantil CAPÍTULO II - Do Ensino Fundamental TÍTULO VIII - Das Modalidades da Educação Básica CAPÍTULO I - Da Educação Especial CAPÍTULO II - Da Educação de Jovens e Adultos TÍUTLO IX - Dos trabalhadores e Profissionais de Educação TÍTULO X - Dos Recursos Financeiros TÍTULO XI - inexiste TÍTULO XII - Das disposições Gerais e Transitórias	Educação CAPÍTULO VI - Dos Recursos Financeiros CAPÍTULO VII - Do Regime de Colaboração CAPÍTULO VIII - Das Disposições Gerais e Transitórias